

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2010

Senhores Acionistas,

Em atendimento às disposições societárias, apresentamos o Relatório da Administração da Souza Cruz S.A. referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

**1) Contexto do Negócio**

**Mercado de Cigarros**

O volume total de cigarros comercializados no mercado brasileiro em 2010, estimado em cerca de 115,5 bilhões de unidades, apresentou uma redução de 1,5% em relação a 2009 (117,3 bilhões de unidades). Esta redução decorre principalmente dos aumentos de preços dos cigarros promovidos pelas empresas a fim de compensar a elevação das tributações do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI), ocorrida em maio de 2009, e do PIS/COFINS, ocorrida em julho de 2009, em 23,5% e 72,5%, respectivamente.

A forte carga tributária sobre a produção e venda de cigarros continua sendo o principal fator de incentivo à comercialização informal do produto no Brasil. Nos últimos anos o Governo Federal vem tomando diversas medidas de combate a essas atividades ilegais, dentre elas: (i) zonas de fronteira ou, em geral, fiscalização mais rigorosa; (ii) expansão da obrigatoriedade de emissão da nota fiscal eletrônica; (iii) informatização do ambiente contábil e fiscal, no âmbito do Programa SPED – Sistema Público de Escrituração Digital.

Em que pese o progresso obtido pelas autoridades brasileiras, estima-se que o mercado ilegal de cigarros no Brasil, compreendido pelo contrabando e pela comercialização sem necessariamente o pagamento de todos os tributos, ainda represente mais de 26% do consumo brasileiro de cigarros e equivale a aproximadamente R\$ 2 bilhões de evasão de impostos.

A oferta de produtos contrabandeados, de baixa qualidade e não cumpridores das regulações e/ou oriundos da evasão fiscal, comercializados a baixos preços, é o principal fator de estímulo de consumo de pessoas de faixa etária inferior a 18 anos. A Souza Cruz tem continuamente apoiado todas as iniciativas governamentais que visam reduzir a concorrência desleal provocada pelo não pagamento de tributos no setor, além de incentivar fortemente a adoção de práticas de responsabilidade tais como a campanha contra venda de cigarros a menores de 18 anos no varejo.

**Mercado de Fumo**

Os três estados da Região Sul do país respondem por mais de 90% da produção brasileira de tabaco. O Estado do Rio Grande do Sul tem a maior participação, com 49% da área plantada, seguido de Santa Catarina, com 34% e Paraná com 17%. Na safra 2009/10, foram gerados aproximadamente R\$ 4,4 bilhões em receita para os produtores de fumo dessa região (safra 2008/2009 – R\$ 4,0 bilhões). (Fonte: Anuário Brasileiro do Tabaco 2010)

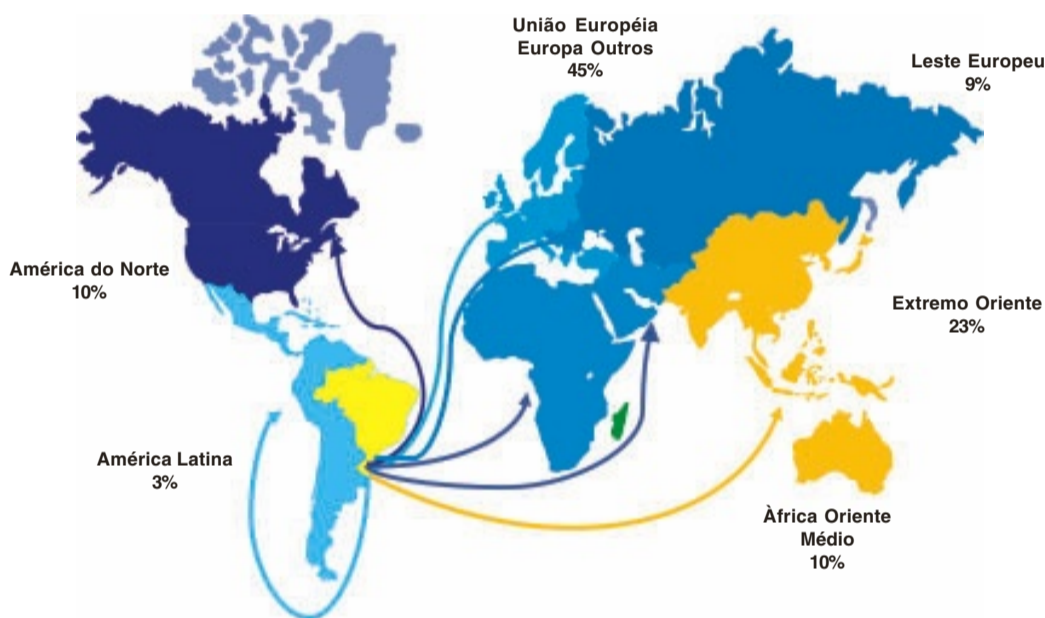
Estima-se que a produção de fumo seja a fonte complementar de renda de cerca de 185 mil pequenos produtores rurais em mais de 700 municípios, com importante contribuição social, envolvendo direta e indiretamente mais de 2,5 milhões de pessoas no processo. (Fonte: Anuário Brasileiro do Tabaco 2010)

De acordo com a Associação dos Fumicultores do Brasil – Afubra, a produção total da safra 2009/2010, na Região Sul, atingiu 687 mil toneladas apresentando uma redução de aproximadamente 8% em relação à safra 2008/2009, quando foram produzidas aproximadamente 744 mil toneladas.

O Brasil, além de ser o 2º maior produtor de tabaco do mundo, é o líder na exportação mundial do produto há mais de 15 anos. Em 2010, 506 mil toneladas de fumo foram exportadas, volume inferior em 25% em relação ao ano anterior quando foram embarcadas 675 mil toneladas. Por outro lado, em decorrência dos melhores preços obtidos em US dólares no mercado internacional, a redução no faturamento foi de aproximadamente 9% tendo alcançado US\$ 2,7 bilhões contra US\$ 3,0 bilhões de 2009. (Fonte: Ministério da Agricultura)

Principais clientes do fumo brasileiro (Fonte: SindiTabaco - 2009):

Mercado do tabaco brasileiro



**2) Desempenho Operacional da Companhia**

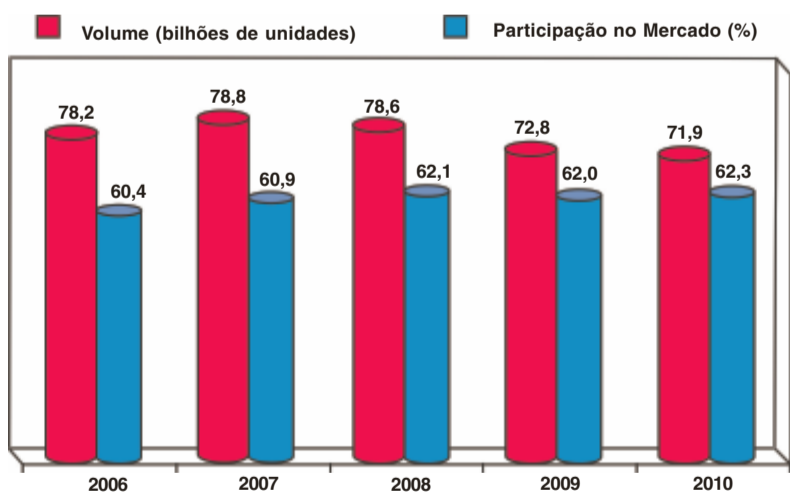
**Cigarros**

A Companhia manteve ao longo de 2010 ações de marketing direcionadas notadamente para as marcas do segmento "Premium", dentre elas Free, Dunhill e Lucky Strike com diversificações do portfólio, bem como ofertas de edições limitadas com o objetivo de alavancar oportunidades de mercado. Além disso, a Souza Cruz continuou implementando diversas iniciativas no segmento "Value for Money" no sentido de aumentar sua competitividade e defender volume e market share em face à pressão do mercado ilegal de cigarros.

Essas ações contribuíram para a Companhia atingir o volume de 71,9 bilhões de cigarros comercializados em 2010, 1,2% inferior aos 72,8 bilhões vendidos no ano de 2009. No entanto, esse desempenho deve ser considerado excelente dado o crescimento no preço médio dos cigarros em cerca de 11% para compensar os aumentos de impostos.

Apesar da redução no volume de vendas, a participação da Companhia no mercado total alcançou 62,3%, o que representou um aumento em 0,3 p.p. em relação a 2009, o que evidencia uma queda de volume menor quando comparada com o mercado total. Nesse contexto, destaque para as marcas do segmento "Premium" no qual a participação da Companhia cresceu 1,6 p.p..

Evolução da participação no mercado e do volume de vendas (Fonte: relatório de acompanhamento de mercado):



Resultados das principais marcas em 2010 (Fonte: relatório de acompanhamento de mercado):

- **Dunhill** – A marca Dunhill apresentou desempenho positivo em 2010 e encerrou o ano com uma participação de 7,4% no mercado total. No comparativo dos períodos, houve crescimento de 0,3 p.p. o que demonstra a forte resiliência da marca ao aumento de preços.
- **Free** – Apresentou uma performance excepcional em 2010 e sua participação no mercado total cresceu 0,5 p.p. em relação a 2009, tendo atingido 9,9% no fechamento do ano. As ações de marketing associadas à nova plataforma da marca, lançada a partir do segundo semestre de 2009, têm contribuído de forma significativa para essa performance.
- **Hollywood** – A participação da marca no mercado total encerrou 2010 com 9,8%, 0,6 p.p. inferior a 2009, como consequência da maior atratividade do comércio ilegal de cigarros, sobretudo após os aumentos de preços e impostos.
- **Derby** – A marca atingiu um volume de vendas de 32,5 bilhões de cigarros em 2010 e sua participação no mercado total foi de 28,1%, inferior em 0,2 p.p. quando comparada a 2009. Essa redução está associada diretamente às pressões exercidas pelo comércio ilegal de cigarros.
- **Lucky Strike** – A marca apresentou excelente desempenho em 2010 em função do desenvolvimento de atividades de marketing no segmento "Full Flavor" e, principalmente, em decorrência do lançamento da versão "Click & Roll" em março de 2010 que contribuiu de forma substancial para o aumento no volume de vendas da marca. O volume comercializado em 2010 atingiu 727 milhões de unidades; 42% superior quando comparado a 2009.
- **Vogue** – Em 2010, a marca se consolidou no seu segmento de mercado como consequência da ampliação de sua distribuição, tornando-se assim mais visível no mercado. O volume e a participação no mercado mantiveram-se praticamente em linha em relação a 2009.

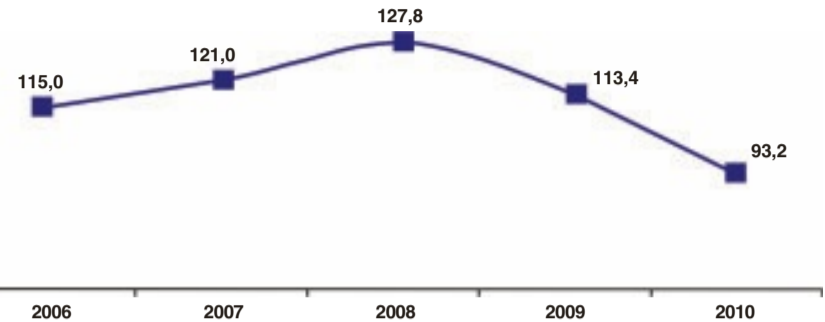
**Exportação de Fumo**

As exportações de fumo em 2010 totalizaram 93,2 mil toneladas. Este volume foi 17,8% inferior ao obtido em 2009 (113,4 mil toneladas) em função do cronograma de embarques estabelecido pelos clientes. Além disso, a redução das exportações de fumo em 2010 está associada aos recentes movimentos de verticalização no processo de produção de fumo e à retração na demanda global de cigarros.

Nesse contexto, a Companhia celebrou contrato para exportação de fumo com empresa do Grupo BAT, denominada British American Tobacco (GLP) Limited. Esse contrato foi firmado por longo prazo e passará a vigorar a partir de 2011, com garantia mínima de demanda e potencial para crescimento, dependendo da conjuntura preço/taxa de câmbio, de forma a garantir maior previsibilidade do fluxo de embarques. A celebração deste contrato possibilitará à Companhia reduzir imobilização de capital e contratar os fumicultores por longo prazo, contribuindo para a sustentabilidade do negócio de fumo no Brasil.

As receitas de exportação de fumo da Companhia totalizaram R\$ 1.039,0 milhões (R\$ 1.248,0 milhões no mesmo período de 2009) e foram também fortemente impactadas de forma negativa pela apreciação do real em relação ao dólar em aproximadamente 12% no comparativo dos períodos. Todavia, houve um acréscimo de 14,5% nos preços praticados em dólar principalmente em função do melhor mix de produtos exportados.

Evolução dos volumes de exportação de fumo (em mil toneladas) – Fonte: relatório Histórico de Embarques do departamento de fumo:



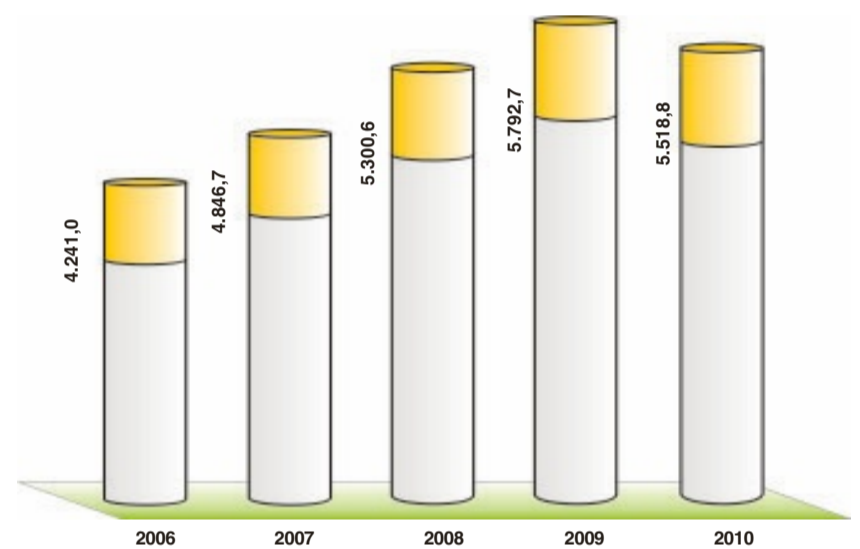
**3) Resultados Financeiros**

**Receita Líquida de Vendas**

A receita líquida de vendas no exercício de 2010 reduziu em 4,7%, alcançando R\$ 5.518,8 milhões. No segmento de cigarros, houve um acréscimo de aproximadamente 4% em relação a 2009 como consequência dos melhores preços obtidos, notadamente, no mercado de marcas "Premium".

No segmento de exportação de fumo, apesar dos melhores preços praticados em US dólares, as receitas foram influenciadas negativamente pela redução dos volumes embarcados e pela apreciação média do real em relação à moeda americana.

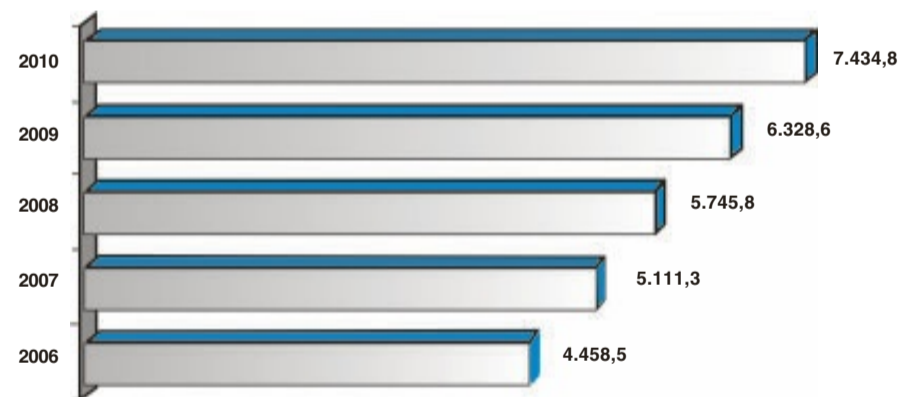
Evolução da Receita Líquida de Vendas (em R\$ milhões):



**Tributos sobre Vendas**

A Souza Cruz posiciona-se entre os 10 maiores contribuintes de tributos no Brasil. Em 2010, gerou aproximadamente R\$ 7.434,8 milhões de tributos sobre vendas – um aumento de 17,5% em relação a 2009 (R\$ 6.328,6 milhões). Nos últimos cinco anos, somente os tributos sobre vendas da Souza Cruz aumentaram em aproximadamente R\$ 3 bilhões e totalizaram cerca de R\$ 29 bilhões.

Evolução dos tributos sobre as vendas (em R\$ milhões):



**Lucro Operacional**

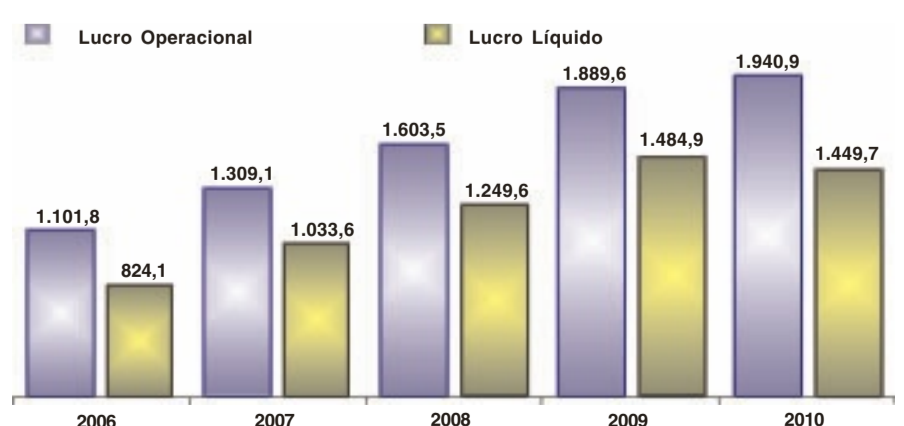
O lucro operacional consolidado antes do resultado financeiro foi de R\$ 1.940,9 milhões, sendo 2,7% superior ao registrado no ano anterior (R\$ 1.889,6 milhões), e reflete principalmente:

- ✓ Maiores preços dos cigarros em função dos aumentos praticados em abril de 2009 e em maio de 2010 para repassar a majoração da carga tributária de IPI, PIS e COFINS;
- ✓ Menores volumes de fumo exportados parcialmente compensados por um melhor mix de produtos e maiores preços em dólar;
- ✓ Apreciação média do real em relação ao dólar, o que impactou negativamente as receitas com exportações de fumo em 2010.

**Lucro Líquido do Exercício**

O lucro líquido consolidado atingiu o montante de R\$ 1.449,7 milhões, sendo 2,4% inferior em relação ao obtido no ano anterior (R\$ 1.484,9 milhões).

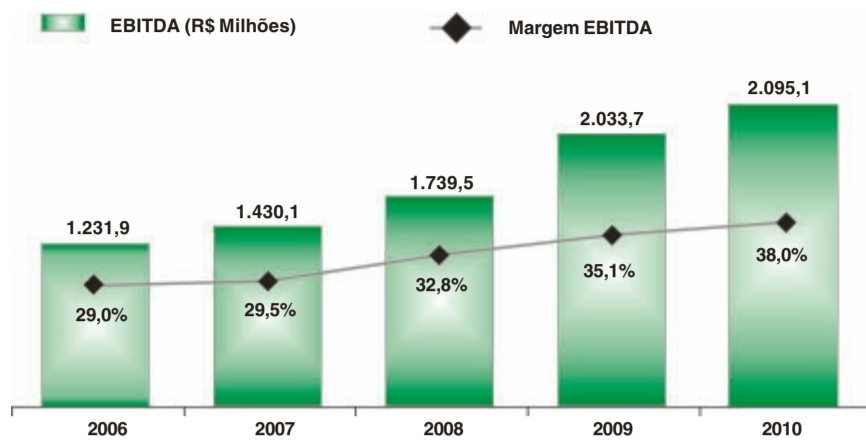
Evolução do lucro operacional e do lucro líquido do exercício (em R\$ milhões):



**EBITDA**

O EBITDA (lucro antes dos efeitos financeiros, impostos sobre a renda, depreciação e amortização) atingiu R\$ 2.095,1 milhões, apresentando o crescimento de 3,0% em relação a 2009 (R\$ 2.033,7 milhões), principalmente como consequência do crescimento no lucro operacional.

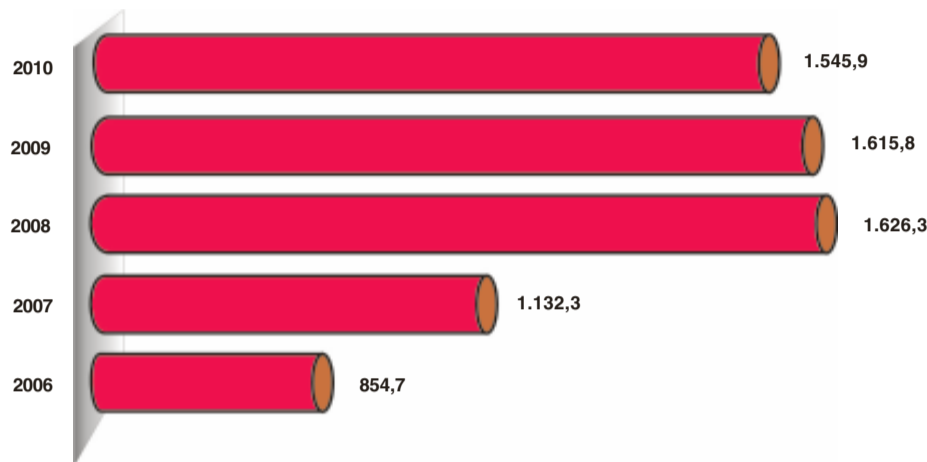
**Evolução do EBITDA e Margem EBITDA:**



**Geração de Caixa**

A geração de caixa operacional continua sendo a principal fonte de recursos da Companhia e alcançou R\$ 1.545,9 milhões em 2010, inferior em 4,3% em relação a 2009. A forte geração de caixa continuou a permitir uma agressiva política de pagamento de dividendos.

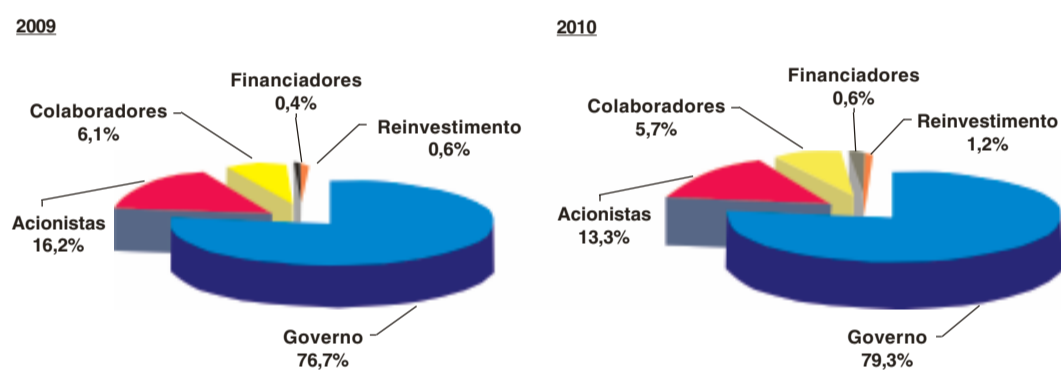
Evolução do fluxo de caixa (em R\$ milhões):



**Valor Adicionado**

A Souza Cruz gerou um valor adicionado consolidado de R\$ 10.026,0 milhões em 2010, 13,4% superior ao de 2009 (R\$ 8.840,1 milhões), o qual representa a riqueza criada pela Companhia e suas controladas.

Distribuição do valor adicionado:



**Principais Indicadores Financeiros**

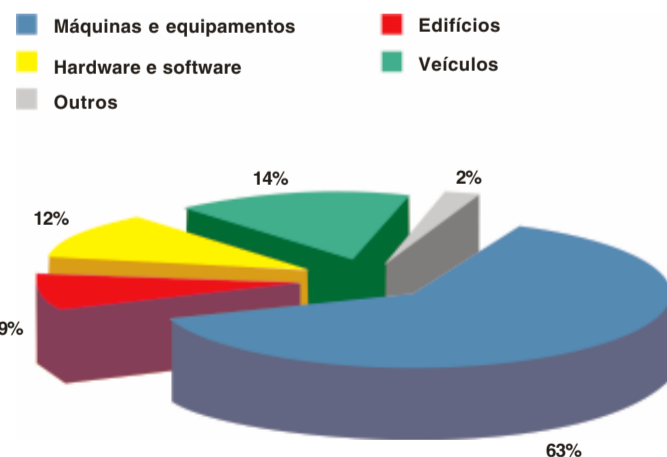
Resumo dos principais indicadores financeiros consolidados da Companhia nos exercícios de 2010 e 2009:

	2010	2009	%
Lucro líquido (R\$ milhões)	1.449,7	1.484,9	-2%
Lucro líquido por ação	4,74	4,86	-
Patrimônio líquido (R\$ milhões)	2.095,5	1.895,4	11%
Patrimônio líquido por ação	6,86	6,20	-
EBITDA (R\$ milhões)	2.095,1	2.033,7	3%
Geração operacional de caixa (R\$ milhões)	1.545,9	1.615,8	-4%

**4) Programa de Investimentos**

Em 2010, os investimentos alcançaram R\$ 171 milhões (R\$ 188 milhões em 2009) e foram aplicados, principalmente, na modernização do parque industrial, frota de veículos e em projetos para atualização de processos e da plataforma de marcas. Como parte destes investimentos, destacam-se: (a) as aquisições de maquinários em decorrência da diversificação do portfólio de marcas de cigarros, notadamente Dunhill, Free e Lucky Strike; e (b) a renovação da frota de veículos de distribuição.

Esses investimentos foram distribuídos da seguinte forma:



**5) Premiações**

Como resultado da dedicação de seus colaboradores e às suas ações sustentáveis, a Souza Cruz vem sendo permanentemente reconhecida como uma organização de excelência no meio empresarial brasileiro e internacional. Esse reconhecimento pode ser comprovado por meio das premiações recebidas ao longo dos últimos anos.

Em 2010, a Companhia foi homenageada com 25 prêmios, que reforçam ainda mais seu compromisso com a sociedade e com altos padrões de qualidade, produtividade e governança corporativa. Os principais prêmios recebidos pela Souza Cruz foram:

**Prêmio de Responsabilidade Ambiental** – A Souza Cruz conquistou o prêmio de Responsabilidade Ambiental, concedido pelo Instituto Latino Americano de Preservação Ambiental, pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul – através de sua Comissão do Meio Ambiente – e pela Associação Riograndense de Imprensa (ARI).

**Prêmio Práticas de Gestão de Pessoas** – A Souza Cruz foi reconhecida pela revista Gestão RH como uma das 150 melhores empresas em Práticas de Gestão de Pessoas. A Souza Cruz recebeu o prêmio Destaque na categoria Comunicação. O objetivo da pesquisa foi reconhecer e identificar os diferenciais oferecidos pelas empresas aos seus colaboradores. A análise se baseou no reconhecimento de práticas em cinco categorias: Liderança, Diversidade, Desenvolvimento de Carreira, Qualidade de Vida no Trabalho e Comunicação.

**Prêmio Respeito ao Investidor Individual** – A política de relacionamento e comunicação com os seus investidores levou a Souza Cruz a ganhar, pelo sétimo ano consecutivo, o Prêmio Respeito ao Investidor Individual.

**Troféu Transparência 2010** – A Souza Cruz foi uma das empresas contempladas na 14ª edição do Troféu Transparência 2010, recebido em São Paulo. Concedido pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras (Fipecafi) e a Serasa Experian.

**Prêmio Época Mudanças Climáticas 2010** – Pela terceira vez consecutiva, a Souza Cruz recebeu o Prêmio Época Mudanças Climáticas, da Editora Globo.

**Valor 1000, em Bebidas e Fumo** – Pela sétima vez em 10 anos, a Souza Cruz conquistou o prêmio Valor 1000, concedido pelo jornal Valor Econômico.

**Prêmio da Revista IstoÉ Dinheiro** – A Souza Cruz recebeu pela quarta vez em 7 anos o prêmio de melhor empresa brasileira do setor Bebidas e Fumo, concedido pela Revista IstoÉ Dinheiro.

**Benchmarking Ambiental Brasileiro** – A Souza Cruz foi premiada no 8º Benchmarking Ambiental Brasileiro, promovido pela Mais Projetos, empresa de gestão e capacitação socioambiental. As empresas rankeadas, em um total de 27 cases, foram aquelas que apresentaram excelência em suas práticas, comprovando seu compromisso com os princípios da sustentabilidade.

**Maiores e Melhores da Revista Exame** – Na 37ª edição do prêmio As Melhores e Maiores da Revista Exame, a Souza Cruz foi premiada como a 1ª colocada entre as Melhores Empresas do setor de Bens de Consumo. A Companhia também ficou em 4º lugar entre as Maiores do segmento e também foi listada como a 29ª colocada dentre as 500 Maiores Empresas da Exame.

**Agência Estado Empresas da Década** – A Souza Cruz está entre as cinco maiores empresas do Brasil, alcançando o 2º lugar no ranking da Agência Estado. O título foi conquistado no prêmio Destaque Agência Estado Empresas da Década. A condecoração é um reconhecimento às companhias que tiveram melhor desempenho do ponto de vista dos acionistas.

**6) Negociações das Ações na Bovespa**

	Quantidade de ações negociadas (Milhões)	Número de negócios (Mil)	Valor negociado (R\$ Milhões)	Cotação R\$ Fechamento	Índice BOVESPA Fechamento
2009	83,9	300,7	4.595,9	57,76	68.588
2010	67,2	276,8	4.996,4	90,39	69.304
<b>Variação</b>	<b>-19,9%</b>	<b>-7,9%</b>	<b>8,7%</b>	<b>56,5%</b>	<b>1,0%</b>

Em 2010, apesar de ter havido redução no volume de negócios envolvendo ações da Souza Cruz, a cotação dos papéis apresentou um crescimento de aproximadamente 56% em relação a 2009, quando houve valorização de 31,0%.

**7) Remuneração dos Acionistas**

Em 31 de dezembro de 2010, a administração da Companhia propôs o pagamento de dividendos no montante de R\$ 749,1 milhões com base no lucro apurado no exercício de 2010, a ser referendado pela Assembleia Geral de Acionistas.

Assim, considerando os juros sobre o capital próprio (JCP) de R\$ 29,8 milhões declarados em dezembro de 2010 e a remuneração intermediária (JCP e dividendos) paga durante o ano de R\$ 627,2 milhões, a remuneração total dos acionistas por conta dos lucros obtidos no exercício de 2010 totalizará R\$ 1.406,1 milhões (cerca de R\$ 4,60 por ação), representando 97,0% do lucro líquido consolidado do exercício de 2010.

Os dividendos propostos e os juros sobre o capital próprio declarados serão atualizados pela taxa SELIC a partir de 31 de dezembro de 2010 até a data dos seus respectivos pagamentos.

**8) Instituto Souza Cruz**

Consolidando 10 anos de atuação direcionada à sustentabilidade do campo brasileiro, o Instituto Souza Cruz manteve junto ao Ministério da Justiça a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), destacadas a seguir suas principais realizações em 2010.

Após um processo de avaliação externa e independente realizada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), o Programa Empreendedorismo do Jovem Rural (PEJR) foi ampliado tendo beneficiado 156 jovens. Além das turmas mantidas na região Sul em alianças com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e com o Cedejor, o PEJR iniciou turmas na região Nordeste, em parceria com o Movimento de Organização Comunitária (MOC), na Bahia, e com a Agência de Desenvolvimento Local (Adel), no Ceará.

A metodologia inovadora do PEJR foi reconhecida por organizações internacionais: em seminário organizado pela FAO/ONU (Food and Agriculture Organization), pela Fundação Ford e pelo Procasur, o programa foi apresentado e identificado como referência latino-americana para educação de jovens do campo. O PEJR também contribuiu tecnicamente para o desenvolvimento de experiências brasileiras de educação do campo, notadamente através de apresentações demandadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (Salão Estadual da Juventude Rural do Paraná) e pelo Governo do Maranhão (Programa Geração Futura da Agricultura Familiar).

Foram realizados o III Intercâmbio da Juventude Rural Brasileira e a Vivência Profissional; ações da Rede Jovem Rural que reuniram 140 jovens e educadores rurais de 14 estados brasileiros para intercâmbio de metodologias educativas e produtivas.

Na área de produção e difusão de conhecimento, o Instituto lançou a 11a. edição da revista Marco Social, cujo tema foi "Educação do Campo".

**9) Sustentabilidade**

O ano de 2010 foi marcado pela consolidação da estratégia de sustentabilidade da Souza Cruz. O modelo de gestão vigente, que permeia as diversas áreas de negócio da Companhia para atuação junto à sua cadeia produtiva, apresentou seus primeiros resultados, demonstrando o sucesso de uma construção conjunta de ações pautadas de responsabilidade e de ética.

Um exemplo desta bem sucedida articulação foi o resultado da Campanha de Conscientização sobre a Proibição da Venda de Cigarros para Menores de 18 Anos, realizada em parceria com entidades do setor varejista. A avaliação desta iniciativa demonstrou um importante incremento no grau de conhecimento dos varejistas sobre a legislação e ofereceu mais argumentos e recursos visuais para aplicação da lei.

Para manter-se sempre alinhada às mais atuais práticas do mercado global, a Souza Cruz acompanhou em 2010 o processo de aprovação da ISO 26000, a Norma Internacional de Responsabilidade Social. Ao integrar o grupo de trabalho do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, a Empresa estudou a norma visando analisar a possibilidade de utilizá-la como instrumento de avaliação da sua estratégia e identificar áreas de oportunidades.

Os resultados acima, somados às demais iniciativas desenvolvidas pela Companhia, ratificam o empenho da Souza Cruz em produzir melhores e sólidos resultados econômicos, a longo prazo, aliados à adoção de comportamentos e práticas socialmente responsáveis.

**10) Instrução CVM nº 381/03**

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, incisos I a IV do artigo 2º, a Souza Cruz informa que o Grupo não possui outros contratos de prestação de serviços com seus Auditores Independentes que não aqueles relacionados à auditoria externa.

**11) Mensagem do Presidente**

O ano de 2010 apresenta o progresso em direção à consolidação da nossa estratégia fundamentada nas alavancas estratégicas - Crescimento, Produtividade, Responsabilidade, e Organização Vencedora - fortemente respaldadas pela capacidade de execução e talento. O ano foi marcado pela inovação nas ofertas das marcas em grande parte de nosso portfólio. Destaco o sucesso da nova plataforma da marca Free, o ineditismo da versão Click & Roll de Lucky Strike, e a consolidação da marca Dunhill no Brasil, que contribuem para qualificar o resultado dos segmentos Premium e Internacional no mercado brasileiro.

As inovações em nosso portfólio, aliadas às diversas ações realizadas com os varejistas e os investimentos na nossa força de logística, contribuíram para consolidar nossa liderança de mercado com 62,3% de participação e 71,9 bilhões de cigarros comercializados. Essa liderança de mercado é pautada por uma atuação responsável da Souza Cruz em todas as suas atividades. Nesse sentido, é importante destacar nossos programas de sustentabilidade do varejo, com nosso suporte a boas práticas de gestão e apoio a campanhas de conscientização à proibição de venda de cigarros para menores de 18 anos. Ainda no ambiente do mercado de cigarros, cabe ressaltar que o mercado ilegal continua afetando fortemente a sociedade, com impactos negativos adicionais decorrentes da elevação da carga tributária. A ilegalidade acaba gerando um efeito perverso na sociedade, por deixar de arrecadar impostos, diminuir a geração de empregos e promover uma competição desleal com a indústria que cumpre com suas obrigações fiscais. Além disso, o preço muito mais baixo do produto ilegal é um estímulo ao jovem e ao público de menor poder aquisitivo a adquirir produtos que não foram submetidos aos controles sanitários exigidos por lei. Faz-se importante ressaltar que o cigarro brasileiro está entre os mais caros do mundo.

No segmento tabaco, maximizamos os resultados através da contínua melhoria da qualidade de nosso fumo e gestão financeira eficaz, em que pese a forte valorização do real em 2010. Aliado à isso, houve a ampliação de ações direcionadas ao desenvolvimento sustentável do produtor rural e sua propriedade, visando fortalecer, cada vez mais, o sistema integrado de produção.

Ainda no que se refere ao desenvolvimento sustentável, a Souza Cruz tem implementado ações que demonstram sua responsabilidade e preocupação com o meio ambiente. Há como exemplos disso a publicação do nosso balanço de emissões de carbono, que assegura que 85% de nossas emissões são neutras, sendo o restante compensado por ações de preservação ambiental, bem como nossas boas práticas na gestão da utilização da água, como o reúso de 100% dos efluentes líquidos da fábrica Uberlândia, e o fato de 59 % de toda água consumida na Unidade de Cachoeirinha ser proveniente de água de chuva.

Com relação a gestão de talentos, o ano de 2010 foi marcado por forte atuação no desenvolvimento de liderança e suas respectivas competências, garantindo a prática de nossos valores, a cultura de alta performance, e o ambiente de trabalho adequado para alcançarmos nossa visão.

Ao concluir esta mensagem, expresso a certeza de que seguiremos investindo firmemente neste país, como fazemos há mais de um século. Construir a nossa sustentabilidade junto com o Brasil, em um ambiente de diálogo democrático e de regulamentação equilibrada, sempre será motivo de orgulho e motivação para os milhares de integrantes da nossa cadeia produtiva e para o nosso grupo de colaboradores.

**Dante João Letti**  
**Presidente**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em milhões de reais**

	Nota	Consolidado		Controladora		
		31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
<b>ATIVO CIRCULANTE:</b>						
Caixa e Equivalentes de Caixa	(8)	1.550,9	1.035,3	1.082,2	775,8	889,3
Contas a Receber	(9)	457,2	452,1	373,1	379,3	370,1
Estoques	(10)	924,3	897,3	919,8	892,6	818,6
Tributos a Recuperar		73,2	34,4	72,9	33,2	22,3
Despesas e Impostos Antecipados		170,8	183,1	170,0	182,3	97,2
Outros		5,8	32,8	5,6	32,7	30,0
		<b>3.182,2</b>	<b>2.635,0</b>	<b>2.623,6</b>	<b>2.295,9</b>	<b>2.227,5</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE:</b>						
Contas a Receber	(8)	6,8	12,1	6,8	12,1	13,8
Estoques	(10)	11,0	9,5	11,0	9,5	3,3
Tributos a Recuperar		57,3	14,7	29,1	14,7	16,2
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(24a)	163,2	177,3	153,9	170,1	171,7
Depósitos Judiciais	(16d)	133,2	113,8	130,0	110,6	78,1
Despesas Antecipadas		33,9	37,6	33,9	37,6	45,0
Investimentos em Sociedades Controladas e Coligada	(11)	11,7	12,1	1.638,5	1.502,7	1.584,3
Imobilizado	(12)	788,0	766,4	778,4	757,0	734,3
Intangível	(13)	65,6	66,2	65,5	66,1	83,2
Outros		21,3	23,4	0,2	1,7	2,7
		<b>1.292,0</b>	<b>1.233,1</b>	<b>2.847,3</b>	<b>2.682,1</b>	<b>2.732,6</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>4.474,2</b>	<b>3.868,1</b>	<b>5.470,9</b>	<b>4.978,0</b>	<b>4.960,1</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE:</b>						
Empréstimos e Financiamentos	(14)	520,5	212,8	520,5	212,8	51,7
Fornecedores		94,4	68,1	92,3	65,1	79,4
Imposto de Renda e Contribuição Social		140,0	84,9	139,8	84,6	60,0
Tributos a Recolher sobre Vendas		705,2	672,2	705,2	672,2	376,6
Remuneração dos Acionistas	(18c)	33,7	30,9	33,7	30,9	36,1
Salários e Encargos Sociais		203,2	203,2	203,2	195,1	173,6
Adiantamentos de Clientes		15,3	14,0	10,6	72,9	36,8
Outros Passivos Operacionais	(15)	49,6	96,2	48,8	95,9	66,4
Outras Contas a Pagar		70,5	82,9	65,2	73,5	70,6
		<b>1.832,4</b>	<b>1.457,1</b>	<b>1.819,3</b>	<b>1.503,0</b>	<b>951,2</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE:</b>						
Sociedade Ligada	(14)	-	-	1.034,3	1.081,6	1.393,0
Provisões para Contingências	(16c)	146,5	147,2	131,3	134,8	129,7
Outros Passivos Operacionais	(15)	53,0	48,8	41,8	40,5	42,5
Incentivos Fiscais	(17)	333,2	310,8	333,2	310,8	296,6
Tributos e Outras Contas a Pagar		13,6	8,8	13,6	8,8	12,3
		<b>546,3</b>	<b>515,6</b>	<b>1.554,2</b>	<b>1.576,5</b>	<b>1.874,1</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO:</b>						
Capital Social Realizado	(18)	854,7	854,7	854,7	854,7	625,3
Reservas de Capital		1,9	1,9	1,9	1,9	1,9
Reservas de Lucros		229,9	187,1	229,9	187,1	350,6
Ajustes de Avaliação Patrimonial		259,9	289,8	261,8	292,9	445,8
Lucros Acumulados		-	-	-	-	54,4
Dividendo Adicional Proposto		749,1	561,9	749,1	561,9	656,8
		<b>2.095,5</b>	<b>1.895,4</b>	<b>2.097,4</b>	<b>1.898,5</b>	<b>2.134,8</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>4.474,2</b>	<b>3.868,1</b>	<b>5.470,9</b>	<b>4.978,0</b>	<b>4.960,1</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhões de reais**

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2010	2009	2010	2009 (*)
<b>RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS</b>					
Custo dos Produtos Vendidos	(21)	2.134,9	2.348,7	2.122,4	2.331,0
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>3.383,9</b>	<b>3.444,0</b>	<b>3.241,8</b>	<b>3.144,2</b>
<b>Despesas (Receitas) Operacionais</b>					
Com Vendas	(21)	816,8	847,5	806,3	833,7
Gerais e Administrativas	(21)	777,9	750,3	770,5	745,9
Outras (Receitas) Despesas, Líquidas	(23)	(151,7)	(43,4)	(113,3)	(33,1)
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>		<b>1.940,9</b>	<b>1.889,6</b>	<b>1.778,3</b>	<b>1.597,7</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>					
Receitas Financeiras	(20)	81,0	93,7	73,7	88,5
Despesas Financeiras		(40,0)	(45,2)	(106,6)	(119,0)
Receitas com Variações Cambiais, Líquidas		9,3	19,1	10,3	20,6
<b>PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>					
Resultado de Equivalência Patrimonial	(11)	7,4	7,9	224,7	365,7
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>1.998,6</b>	<b>1.965,1</b>	<b>1.980,4</b>	<b>1.953,5</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(24b)				
Corrente		534,5	479,6	516,5	471,1
Diferido		14,4	0,6	15,4	0,8
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>1.449,7</b>	<b>1.484,9</b>	<b>1.448,5</b>	<b>1.481,6</b>
Lucro líquido por ação (básico e diluído) do capital social no fim do exercício - R\$	(28)	4,74	4,86	4,74	4,85

(\*) Reapresentados - Nota 2.2

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhões de reais**

	Consolidado (**)				Controladora			
	2010	%	2009	%	2010	%	2009 (*)	%
<b>1 - RECEITAS</b>								
Receita bruta (Nota 19)	12.953,6	100,0	12.121,3	100,0	12.799,0	100,0	11.803,8	100,0
Provisão para perdas com créditos	36,6	0,3	(9,7)	(0,1)	36,6	0,3	(9,7)	(0,1)
Outras (Receitas)/Despesas, Líquidas	34,5	0,3	(15,1)	(0,1)	24,4	0,2	(23,8)	(0,2)
<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS e IPI)</b>								
Matérias-primas consumidas	1.511,7	11,7	1.526,5	12,6	1.501,4	11,7	1.511,8	12,8
Custo das mercadorias e serviços vendidos	561,0	4,3	762,9	6,3	558,8	4,4	759,6	6,4
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	918,8	7,1	897,7	7,4	906,1	7,1	885,7	7,5
(Perda) Recuperação de valores ativos	(49,9)	(0,4)	16,9	0,1	(22,0)	(0,2)	17,9	0,2
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>10.083,1</b>	<b>77,9</b>	<b>8.892,5</b>	<b>73,4</b>	<b>9.915,7</b>	<b>77,5</b>	<b>8.595,3</b>	<b>72,8</b>
<b>4 - RETENÇÕES</b>								
Depreciações e amortizações	146,8	1,1	136,2	1,1	146,8	1,1	136,1	1,2
<b>5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)</b>	<b>9.936,3</b>	<b>76,8</b>	<b>8.756,3</b>	<b>72,3</b>	<b>9.768,9</b>	<b>76,4</b>	<b>8.459,2</b>	<b>71,6</b>
<b>6 - RECEBIDO DE TERCEIROS</b>								
Resultado de equivalência patrimonial	7,4	0,1	7,9	0,1	224,7	1,8	365,7	3,1
Receitas financeiras	82,3	0,6	75,9	0,6	76,1	0,6	72,2	0,6
<b>7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>	<b>10.026,0</b>	<b>77,5</b>	<b>8.840,1</b>	<b>73,0</b>	<b>10.069,7</b>	<b>78,8</b>	<b>8.897,1</b>	<b>75,3</b>
<b>8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>								
Colaboradores	568,4	5,7	543,3	6,1	564,1	5,6	538,8	6,1
Governo	7.950,1	79,3	6.781,9	76,7	7.932,9	78,8	6.773,2	76,1
Financiadores	57,4	0,5	30,0	0,4	123,9	1,3	103,6	1,2
Acionistas	1.333,7	13,3	1.436,1	16,2	1.333,7	13,2	1.436,1	16,1
Reinvestimento	116,4	1,2	48,8	0,6	115,1	1,1	45,4	0,5
<b>VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO</b>	<b>10.026,0</b>	<b>100,0</b>	<b>8.840,1</b>	<b>100,0</b>	<b>10.069,7</b>	<b>100,0</b>	<b>8.897,1</b>	<b>100,0</b>

(\*) Reapresentados - Nota 2.2

(\*\*) A DVA não é parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas conforme IFRS.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhões de reais**

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009 (*)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.998,6	1.965,1	1.980,4	1.953,5
Despesas de juros sobre empréstimos com sociedades ligadas	-	-	67,5	74,2
Despesas de juros sobre empréstimos em moeda nacional e estrangeira	9,7	7,3	9,7	7,3
Imposto de renda e contribuição social pagos	(501,6)	(473,2)	(482,5)	(465,1)
<b>Ajustes para reconciliar o lucro líquido com recursos provenientes de atividades operacionais:</b>				
Depreciações e amortizações	146,8	136,2	146,8	136,1
Resultado de equivalência patrimonial	(7,4)	(7,9)	(224,7)	(365,7)
Provisão para impairment de contas a receber	4,0	9,7	4,0	9,7
Provisões para contingências	(0,7)	6,0	(3,5)	5,1
Provisão para recuperação dos ativos de vida longa ("impairment")	(9,8)	(2,3)	(9,4)	0,2
Demais provisões	(45,3)	(0,6)	(49,2)	(3,2)
Baixa de produtos avariados e obsoletos	17,2	22,0	17,2	22,0
Valor residual do ativo imobilizado baixado	4,5	3,0	4,5	3,0
	<b>109,3</b>	<b>166,1</b>	<b>(114,3)</b>	<b>(192,8)</b>
<b>Variações no capital circulante</b>				
Contas a receber	(21,2)	30,8	(11,0)	13,1
Estoques	(45,7)	(91,6)	(45,9)	(102,2)
Outros ativos	(43,9)	(97,5)	(15,8)	(100,8)
Fornecedores	12,9	(12,3)	18,3	(11,4)
Tributos a recolher sobre vendas	33,0	295,6	33,0	295,6
Outros passivos	(5,2)	(174,5)	(31,2)	(30,3)
	<b>(70,1)</b>	<b>(49,5)</b>	<b>(52,6)</b>	<b>64,0</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>1.545,9</b>	<b>1.615,8</b>	<b>1.408,2</b>	<b>1.441,1</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Recursos obtidos na venda de ativo imobilizado	18,0	1,8	18,0	1,8
Dividendos recebidos de coligada	7,9	8,0	15,2	12,5
Adições ao imobilizado e intangível	(171,1)	(188,3)	(171,1)	(188,3)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(145,2)</b>	<b>(178,5)</b>	<b>(137,9)</b>	<b>(174,0)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Captação de empréstimos e financiamentos	1.183,8	912,3	1.183,8	912,3
Amortização de empréstimos e financiamentos	(857,2)	(748,0)	(936,0)	(757,3)
Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos	(1.211,7)	(1.535,6)	(1.211,7)	(1.535,6)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(885,1)</b>	<b>(1.371,3)</b>	<b>(963,9)</b>	<b>(1.380,6)</b>
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>515,6</b>	<b>66,0</b>	<b>306,4</b>	<b>(113,5)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.035,3	969,3	775,8	889,3
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.550,9	1.035,3	1.082,2	775,8
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>515,6</b>	<b>66,0</b>	<b>306,4</b>	<b>(113,5)</b>

(\*) Reapresentados - Nota 2.2

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhões de reais**

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009 (*)
<b>Lucro líquido do exercício</b>				
<b>Outros componentes do lucro abrangente:</b>				
Hedge de investimentos líquidos no exterior (Nota 7.3):				
• Variação Cambial sobre Empréstimos de Longo Prazo em US\$ com investida no exterior	36,0	376,3	36,0	376,3
• Variação Cambial sobre Empréstimos em Moeda Estrangeira	28,6	10,5	28,6	10,5
• Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os efeitos de Variação Cambial sobre Empréstimos	(22,0)	(131,5)	(22,0)	(131,5)
Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior (Nota 11)	(73,7)	(442,8)	(73,7)	(442,8)
<b>Resultado abrangente</b>	<b>1.418,6</b>	<b>1.297,4</b>	<b>1.417,4</b>	<b>1.294,1</b>

(\*) Reapresentados - Nota 2.2

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONSOLIDADO) - Em milhões de reais**

	Capital Social Realizado	Reserva de Capital-Venda de Imóveis	Legal	Manutenção de Capital de Giro	Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Dividendo Adicional Proposto	Total
					Investimentos	Incentivos Fiscais				
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2009</b>										
Aumento de capital aprovado em AGE										

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA) - Em milhões de reais**

	Capital Social Realizado	Reservas de Capital		Legal	Manutenção de Capital de Giro	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Dividendo Adicional Proposto	Total
		Incentivos Fiscais	Venda de Imóveis			Investimentos	Incentivos Fiscais				
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2009 (originalmente apresentado)</b>	<b>625,3</b>	<b>551,8</b>	<b>1,9</b>	<b>49,7</b>	<b>117,6</b>	<b>175,0</b>	<b>8,3</b>	<b>139,2</b>	<b>54,4</b>	<b>656,8</b>	<b>2.380,0</b>
Ajuste para adequar a mutação a versão revisada do CPC 43 (Nota 2.2)	-	(551,8)	-	-	-	-	-	306,6	-	-	(245,2)
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2009 - Ajustado</b>	<b>625,3</b>	<b>-</b>	<b>1,9</b>	<b>49,7</b>	<b>117,6</b>	<b>175,0</b>	<b>8,3</b>	<b>445,8</b>	<b>54,4</b>	<b>656,8</b>	<b>2.134,8</b>
Aumento de capital aprovado em AGE realizada em 19 de março de 2009	229,4	-	-	-	-	(175,0)	-	-	(54,4)	-	-
Hedge de investimentos líquidos no exterior (Nota 7.3):											
• Variação Cambial sobre Empréstimos de Longo Prazo em US\$ com investida no exterior	-	-	-	-	-	-	-	376,3	-	-	376,3
• Variação Cambial sobre Empréstimos em Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	10,5	-	-	10,5
• Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os efeitos de Variação Cambial sobre Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	(131,5)	-	-	(131,5)
Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior (Nota 11)	-	-	-	-	-	-	-	(395,8)	-	-	(395,8)
Ganhos e Perdas Resultantes de Conversão de Moeda Estrangeira (Nota 11)	-	-	-	-	-	-	-	(47,0)	-	-	(47,0)
Reversão de Dividendos Prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	0,6	-	0,6
Dividendos Pagos (AGO de 19/03/09) (R\$ 2,148615 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(656,8)	(656,8)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.481,6	-	1.481,6
Destinações do Lucro Líquido do Exercício:											
Ajuste para adequar a mutação a versão revisada do CPC 43 (Nota 2.2)	-	-	-	-	-	-	-	34,6	(34,6)	-	-
Incentivos Fiscais Realizados	-	-	-	-	-	-	11,5	-	(11,5)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio Intermediário (R\$ 0,296941 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	(90,8)	-	(90,8)
Dividendo Intermediário (R\$ 2,473094 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	(756,0)	-	(756,0)
Juros sobre o Capital Próprio - Complementar (R\$ 0,089574 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	(27,4)	-	(27,4)
Dividendo Adicional Proposto (R\$ 1,838278 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	(561,9)	561,9	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>854,7</b>	<b>1,9</b>	<b>-</b>	<b>49,7</b>	<b>117,6</b>	<b>187,1</b>	<b>-</b>	<b>292,9</b>	<b>-</b>	<b>561,9</b>	<b>1.898,5</b>
Hedge de investimentos líquidos no exterior (Nota 7.3):											
• Variação Cambial sobre Empréstimos de Longo Prazo em US\$ com investida no exterior	-	-	-	-	-	-	-	36,0	-	-	36,0
• Variação Cambial sobre Empréstimos em Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	28,6	-	-	28,6
• Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os efeitos de Variação Cambial sobre Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	(22,0)	-	-	(22,0)
Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior (Nota 11)	-	-	-	-	-	-	-	(63,0)	-	-	(63,0)
Ganhos e Perdas Resultantes de Conversão de Moeda Estrangeira (Nota 11)	-	-	-	-	-	-	-	(10,7)	-	-	(10,7)
Reversão de Dividendos Prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	0,4	-	0,4
Dividendos Pagos (AGO de 19/03/10) (R\$ 1,838278 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(561,9)	(561,9)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.448,5	-	1.448,5
Destinações do Lucro Líquido do Exercício:											
Incentivos Fiscais Realizados	-	-	-	-	-	-	42,8	-	(42,8)	-	-
Reserva Legal	-	-	-	72,4	-	-	-	-	(72,4)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio Intermediário (R\$ 0,281808 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	(86,1)	-	(86,1)
Dividendo Intermediário (R\$ 1,77 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	(541,1)	-	(541,1)
Juros sobre o Capital Próprio - Complementar (R\$ 0,097529 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	(29,8)	-	(29,8)
Dividendo Adicional Proposto (R\$ 2,213718 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	(676,7)	676,7	-
Destinações de Reservas:											
Dividendo Extraordinário (R\$ 0,236926 por ação)	-	-	-	-	(72,4)	-	-	-	-	72,4	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>854,7</b>	<b>1,9</b>	<b>-</b>	<b>122,1</b>	<b>45,2</b>	<b>-</b>	<b>62,6</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>749,1</b>	<b>2.097,4</b>
<b>Valor patrimonial por ação do capital social no fim do exercício - R\$</b>	<b>2010</b> <b>6,86</b>	<b>2009</b> <b>6,21</b>									

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009**  
 Em milhões de reais (exceto valores por ação, ou quando indicado diferentemente)

**1. Contexto operacional**

A Souza Cruz S.A. (Companhia, Controladora ou Souza Cruz), fundada em 25 de abril de 1903, conta com cerca de 7.100 colaboradores diretos e 3 mil funcionários sazonais na época das safras do fumo. É um dos maiores grupos empresariais do Brasil e líder absoluta no mercado de cigarros com destaque na produção e exportação de fumo. Desde 1914, a Companhia é controlada pela BAT – British American Tobacco p.l.c., com sede no Reino Unido, segundo maior grupo do mundo no setor de cigarros, que detém 75,3% de seu capital acionário.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, listada na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA). A Companhia tem sua matriz localizada no Rio de Janeiro e duas fábricas de cigarros, em Uberlândia (MG) e em Cachoeirinha (RS), que operam de acordo com a mais avançada tecnologia de processo e preservação ambiental.

Em Cachoeirinha, a Companhia além de possuir uma fábrica de cigarros, estabeleceu também o seu centro de processamento de dados (*data center*), a central telefônica de atendimento (*call center*), o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPD) e o parque gráfico (DG). A integração da fábrica com o CPD e o DG assegura maior eficiência operacional, integração logística da cadeia de produção e aumento de produtividade para a Companhia. Esse parque gráfico, uma das maiores indústrias gráficas do País que, além de atender toda demanda interna da Souza Cruz, poderá fornecer material gráfico para outras cigareiras do Grupo BAT na América Latina.

A Companhia conta, ainda, com usinas de processamento de fumo nas principais regiões produtoras de tabaco, em Santa Cruz do Sul (RS), Blumenau (SC), Rio Negro (PR) e Patos (PB). Estas unidades abrigam toda a estrutura de assistência técnica aos produtores de fumo com mais de 240 orientadores agrícolas.

Com atuação em toda a cadeia produtiva, desde a produção de sementes, a produção agrícola de sua matéria-prima - o tabaco - seu processamento, e a fabricação e distribuição dos cigarros, a Companhia que atende hoje diretamente cerca de 260 mil pontos de venda, detém 62,3% de participação no mercado total brasileiro, com 71,9 bilhões de unidades de cigarros comercializadas no ano de 2010.

Na produção de tabaco, a Companhia conta com cerca de 40 mil produtores integrados que atuam em parceria, com a reconhecida assistência técnica da Companhia. Além do fumo utilizado na produção de cigarros, em 2010 foram exportadas 93,2 mil toneladas de fumo processado para mais de 40 países nos cinco continentes.

A estrutura de distribuição de cigarros da Souza Cruz conta com seis Centrais Integradas de Distribuição (CID), localizadas no Rio de Janeiro, São Paulo, Contagem, Curitiba, Porto Alegre e Recife, além de 28 Centros de Distribuição e mais de 79 Postos de Abastecimento, que são locais próprios ou terceirizados estrategicamente localizados.

Contemplando uma operação em nível Brasil, a Souza Cruz atende cerca de 260 mil clientes com um fluxo diário de mais de 280 milhões de cigarros, e ainda, com processamento aproximado médio de 47 mil notas fiscais por dia. Isso faz da sua operação de vendas e logística uma das mais importantes e respeitadas da América Latina.

Outra operação importante é a presença internacional na Brascuba Cigarrillos, S.A. (Brascuba), associação (*joint-venture*) entre a Companhia (por intermédio de sua controlada Yolanda Participações S.A.) e o governo de Cuba, estabelecida em 1996, para a produção de cigarros. O mercado cubano representou aproximadamente 12,8 bilhões de unidades de cigarros em 2010, dos quais aproximadamente 1,7 bilhão foi comercializado pelo mercado em divisas estrangeiras, onde a Brascuba detém cerca de 99% de participação. Além do mercado interno, a exportação de cigarros de fumo negro representa um enorme desafio e um grande mercado em outras partes do mundo onde este produto tem boa penetração.

A Souza Cruz possui em parceria com a Ambev, o Agrega, uma empresa de inteligência de compra que visa por meio de aumento de escala gerar economias na aquisição de materiais e serviços não específicos. O Agrega também presta serviços para outras grandes empresas do cenário nacional.

Em 28 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma reorganização envolvendo algumas de suas controladas com o objetivo de simplificar a estrutura societária do Grupo.

A Souza Cruz Trading S.A. será incorporada pela Souza Cruz com base em balanço a ser levantado em 28 de fevereiro de 2011, enquanto que a Souza Cruz Overseas S.A. será incorporada pela Yolanda Netherlands B.V. – sua controladora integral – com base em balanço patrimonial a ser levantado em 31 de março de 2011. Essas operações serão objeto de apreciação em Assembleias Gerais Extraordinárias (AGEs), de seus respectivos acionistas, a serem realizadas em 18 de março de 2011 e 8 de abril de 2011. Nesse sentido, eventuais movimentações ocorridas nos resultados das empresas a serem incorporadas, entre as respectivas datas base para incorporação e as datas das AGEs, serão contabilizadas diretamente nos resultados de suas controladoras e incorporadoras.

Como consequência da incorporação da Souza Cruz Overseas, desde 1º de janeiro de 2011 as exportações de fumo vêm sendo realizadas diretamente pela Souza Cruz.

**2. Apresentação das demonstrações financeiras**

A emissão das presentes demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 14 de fevereiro de 2011.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards (IFRS)) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações financeiras individuais (da Controladora) foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas.

**2.1. Demonstrações financeiras consolidadas**

Considerando a importância e a necessidade de que as práticas contábeis brasileiras estivessem convergentes com as práticas contábeis internacionais e buscando maior transparência e confiabilidade em suas informações financeiras, usando as prerrogativas constantes da Instrução CVM nº 457, de 13 de julho de 2007, a administração da Companhia vem apresentado desde o exercício de 2008 as demonstrações financeiras consolidadas da Souza Cruz S.A. e Sociedades Controladas com base no padrão contábil internacional, suportado pelos pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As políticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras consolidadas foram consistentes com as aplicadas no exercício anterior.

**2.2. Demonstrações financeiras individuais (da Controladora)**

Na elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, nos termos da Deliberação CVM nº 603/2009, a administração da Companhia já havia antecipado a adoção dos CPCs emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) no decorrer de 2009 e com aplicação obrigatória prevista para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Após emissão da versão revisada do CPC 43 e sua aprovação através da Deliberação nº 651, pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em 16 de dezembro de 2010, a Companhia ajustou o saldo do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2009 de suas demonstrações financeiras individuais, da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2009			1º de janeiro de 2009		
	Original	Reapresentado	Reclassificação	Original	Reapresentado	Reclassificação
<b>Passivo não circulante:</b>						
Incentivos fiscais	100,2	310,8	210,6	51,4	296,6	245,2
<b>Patrimônio líquido:</b>						
Reservas de capital	553,7	1,9	(551,8)	553,7	1,9	(551,8)
Ajustes de avaliação patrimonial	(48,3)	292,9	341,2	139,2	445,8	306,6
Lucro líquido do exercício	1.447,0	1.481,6	34,6	-	-	-

Conforme requerido pela Deliberação CVM nº 656, de 25 de janeiro de 2011, seguem abaixo os impactos nos saldos de incentivos fiscais, patrimônio líquido e lucro líquido apresentados nas Informações Trimestrais da Controladora em março, junho e setembro de 2010, comparativamente a 2009, as quais serão reapresentadas até a data da entrega das Informações Trimestrais do trimestre a findar-se em 31 de março de 2011.

	30 de setembro		30 de junho		31 de março	
	Original	a Reapresentar	Original	a Reapresentar	Original	a Reapresentar
<b>2010</b>						
<b>Passivo não circulante:</b>						
Incentivos fiscais	134,0	324,4	120,9	318,0	112,2	315,7
<b>Patrimônio líquido:</b>						
Reservas de capital	553,6	1,9	553,6	1,9	553,6	1,9
Ajustes de avaliação patrimonial	(68,2)	273,0	(29,2)	312,0	(35,8)	305,4
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>1.204,7</b>	<b>1.224,8</b>	<b>900,8</b>	<b>914,3</b>	<b>433,1</b>	<b>440,1</b>
<b>2009</b>						
<b>Passivo não circulante:</b>						
Incentivos fiscais	84,4	302,5	70,5	297,1	64,4	301,0
<b>Patrimônio líquido:</b>						
Reservas de capital	553,6	1,9	553,6	1,9	553,6	1,9
Ajustes de avaliação patrimonial	(35,1)	271,5	23,5	330,1	135,4	442,0
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>1.204,7</b>	<b>1.231,8</b>	<b>900,8</b>	<b>919,3</b>	<b>433,1</b>	<b>441,7</b>

Nesse sentido, e conforme previsto no CPC 43 R1, o patrimônio líquido e o lucro líquido apresentados nas demonstrações financeiras individuais, em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, divergem do IFRS em função apenas: (i) da adoção do método de equivalência patrimonial na avaliação de investimentos em controladas e (ii) da existência de saldo de ativo diferido ainda não amortizado, também nessas demonstrações.

A reconciliação do patrimônio líquido e dos lucros líquidos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 está demonstrada como segue:

	Patrimônio líquido		Lucro líquido do exercício	
	2010	2009	2010	2009
<b>Controladora</b>	<b>2.097,4</b>	<b>1.898,5</b>	<b>1.448,5</b>	<b>1.481,6</b>
Resultados não realizados nas transações entre a controladora e suas controladas	-	-	-	2,0
Amortização do ativo diferido	(1,9)	(3,1)	1,2	1,3
<b>Consolidado</b>	<b>2.095,5</b>	<b>1.895,4</b>	<b>1.449,7</b>	<b>1.484,9</b>

**3. Sumário das principais práticas contábeis e estimativas contábeis críticas**

As práticas contábeis apresentadas a seguir foram aplicadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. Essas práticas vêm sendo aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados.

**3.1. Princípios de consolidação**

O processo de consolidação das contas patrimoniais, do resultado e do fluxo de caixa corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas e de suas correspondentes mutações ou variações, segundo a sua natureza, complementada pelas seguintes eliminações:

- Das participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das sociedades controladas;
- Dos saldos de contas correntes e outras integrantes do ativo e/ou passivo mantidos entre as sociedades, cujos balanços patrimoniais foram consolidados;
- Dos efeitos decorrentes de transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do "Grupo" (Souza Cruz S.A. e sociedades controladas, coligada e controlada em conjunto). Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido.

As práticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

#### (a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que ocorre a transferência de controle acionário. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, as demonstrações financeiras consolidadas compreendem as informações contábeis da Souza Cruz S.A. (Controladora) e as das seguintes subsidiárias:

Controladas	% de participação no capital total
<b>Diretas</b>	
Yolanda Participações S.A.	100%
Souza Cruz Trading S.A.	100%
<b>Indiretas</b>	
Yolanda Netherlands B.V.	100%
Souza Cruz Overseas S.A.	100%

#### (b) Coligada

Empresas coligadas são aquelas em que a Companhia possui influência significativa, mas não exerce o controle sobre as políticas operacionais e financeiras. Influência significativa é geralmente obtida quando se detém entre 20% e 50% das ações com direito a voto. A Companhia reconhece as movimentações nesses investimentos com base no método de equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Companhia possuía apenas uma empresa coligada - Agrega Inteligência em Compras Ltda. (Nota 11).

#### (c) Empresa controlada em conjunto

São aquelas entidades cujas atividades são controladas em conjunto pela Companhia e por um ou mais sócios, mediante acordos contratuais ou estatutários. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Companhia possuía uma controlada em conjunto - Brascuba Cigarrillos, S.A. (Nota 1).

As demonstrações financeiras da controlada em conjunto, Brascuba Cigarrillos, S.A. são consolidadas proporcionalmente, com base na participação da Companhia nessa investida. Os componentes de ativo e passivo, as receitas e gastos dessa sociedade são somados às posições contábeis consolidadas, na proporção da participação do investidor em seu capital social.

### 3.2. Base de conversão de moeda

#### (a) Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário no qual cada entidade atua. Essas demonstrações estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.

#### (b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são novamente mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de investimento líquido qualificadas.

#### (c) Controladas

Algumas controladas, direta ou indiretamente, possuem moeda funcional diferente da controladora, como (i) Souza Cruz Overseas S.A., (ii) Yolanda Netherlands B.V. e (iii) Brascuba Cigarrillos, S.A..

No caso de variação cambial de investimentos em controladas no exterior, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registradas ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda. O investimento nesse contexto inclui empréstimos entre companhias do grupo onde a liquidação não é planejada e nem é provável no futuro previsível.

Os mesmos procedimentos de conversão de moeda estrangeira são aplicados quando da utilização do método de equivalência patrimonial para investidas com moeda funcional diferente do Real, nas demonstrações financeiras individuais.

### 3.3. Reconhecimento da receita

As receitas com vendas representam o valor justo recebido ou a receber pela venda de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é apresentada líquida dos descontos incidentes sobre esta, sendo que os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são reconhecidas/contabilizadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos.

A receita é reconhecida da seguinte maneira:

#### (a) Venda de produtos

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas: (i) quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao comprador.

As vendas de cigarro e de cartões telefônicos são reconhecidas no momento da entrega e aceite da mercadoria pelo cliente. O reconhecimento da receita de exportações de fumo ocorre em função dos termos negociados para embarque internacional, cuja modalidade usual é "free on board" com o reconhecimento da receita no momento que a mercadoria transpassa o costado do navio.

#### (b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida em base "*pro rata*" dia com base no método da taxa de juros efetiva.

### 3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Contemplam numerários em caixa, saldos em bancos e investimentos de liquidez imediata, com prazos de vencimento original de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. Esses valores estão demonstrados ao custo acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações financeiras.

### 3.5. Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da existência dos referidos ativos e a finalidade para a qual foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

#### (a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

#### 3.5.1. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que se tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

#### 3.5.2. Impairment de ativos financeiros

##### (a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia tempestivamente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; ou (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

### 3.6. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com base no método de taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*, se necessária.

A provisão para perdas com créditos (*impairment*) é fundamentada em análise dos créditos pela administração, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

### 3.7. Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques "custo médio ponderado". As provisões para perda de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos, ou aquelas constituídas para ajustar ao valor de mercado, são contabilizadas quando consideradas necessárias pela administração.

### 3.8. Outros ativos circulantes e não circulantes

Os tributos a recuperar encontram-se demonstrados pelos seus respectivos valores de recuperação e estão compostos substancialmente por: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS sobre compra de ativo imobilizado para as unidades fabris, com realização em até 4 anos, diferencial de alíquota de ICMS entre os estados, imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recuperar.

As despesas antecipadas representam principalmente contratos de locação de espaço e outras despesas inerentes às operações da Companhia.

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações nas taxas de câmbio e as variações monetárias auferidos.

### 3.9. Imobilizado

Demonstrado ao custo combinado com os seguintes aspectos:

• Depreciação de bens do imobilizado, calculada pelo método linear às taxas anuais mencionadas na Nota 12, que levam em consideração a vida útil-econômica desses bens, com exceção dos terrenos que não são depreciados.

• Perda para valor recuperável dos ativos (*impairment*), quando aplicável – veja Nota 3.20. O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

Custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (receitas) despesas, líquidas" na demonstração do resultado.

### 3.10. Intangível

É avaliado ao custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são compostos pelo custo incorrido na aquisição de software e licenças de uso, os quais são amortizados levando em conta uma vida útil estimada de 5 anos.

Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

### 3.11. Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, e quando aplicável, essas obrigações são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### 3.12. Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos. Subsequentemente, são mensurados ao custo amortizado com base no método da taxa de juros efetiva.

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos.

Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto, quando aplicável, pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento do balanço das demonstrações financeiras.

### 3.13. Provisões para contingências

As provisões para contingências tributárias, trabalhistas e outras são constituídas com base na expectativa de perda provável nas respectivas ações em andamento, manifestada pelos consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

### 3.14. Incentivos fiscais

As subvenções fiscais para investimento, destinadas à aquisição de ativo imobilizado, vêm sendo diferidas e reconhecidas na demonstração do resultado do exercício com base no saldo acumulado dessas subvenções, à medida que as despesas de depreciação do respectivo ativo são reconhecidas no resultado do exercício.

### 3.15. Outros passivos circulante e não circulante

Outros passivos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado com base no método de taxa de juros efetiva.

### 3.16. Transações com partes relacionadas

Os contratos de mútuos entre a Companhia e empresas ligadas são atualizados pela taxa média ponderada de captação no mercado acrescida de variação cambial no caso das empresas no exterior. A Companhia não possui responsabilidade por avals a suas sociedades coligadas. As operações são realizadas a valores, prazos e condições de mercado sempre que observáveis operações similares.

### 3.17. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem a parcela corrente e diferida desses tributos. Os impostos sobre a renda que encontram-se dentro do escopo do CPC 32 e do IAS 12, são o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) e são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, nas datas dos balanços em que as controladas e coligada da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Esses tributos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

### 3.18. Plano de pensão para benefícios a empregados – obrigações de aposentadoria

Os custos com planos de pensão são registrados com base em modelos atuariais em consonância com os requerimentos estabelecidos nas práticas contábeis, aplicados nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

#### (a) Plano de benefício definido

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido utiliza modelos com atribuição que geralmente desdobra eventos individuais ao longo da vida estimada dos funcionários no plano. A política da Companhia é de financiar seus planos de aposentadoria com base em recomendações atuariais e em consonância com a legislação e os regulamentos de imposto de renda aplicáveis.

As receitas ou despesas líquidas de aposentadoria são calculadas utilizando-se as premissas do início de cada exercício. Essas premissas são definidas ao final do exercício anterior e incluem as taxas de retorno de longo prazo e esperadas nos ativos do plano, taxas de desconto e aumentos de taxas salariais. Um conjunto de taxas históricas reais, taxas esperadas e dados externos é utilizado pela Companhia para determinar as premissas usadas nos modelos atuariais. Quando os cálculos resultam em benefícios para a Companhia, o reconhecimento do ativo fica limitado ao total líquido de qualquer serviço passado não reconhecido e ao valor presente de qualquer reembolso do plano ou reduções das contribuições futuras do plano.

A Companhia reconhece, de forma imediata e no patrimônio líquido, os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mutações das premissas atuariais. Até 31 de dezembro de 2009, o critério adotado para o reconhecimento desses ajustes era a "regra do corredor". A mudança de prática foi aplicada retroativamente a 1º de janeiro de 2009 e não trouxe impacto significativo nessas demonstrações financeiras.

#### (b) Plano de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, a Companhia paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do exercício em que são devidas e, assim, são incluídas nos benefícios a empregados (Nota 22).

### 3.19. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto da Companhia e a legislação societária prevêm que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado seja distribuído como dividendos. Portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento de cada exercício social, no montante do dividendo mínimo obrigatório que ainda não tenha sido distribuído, caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações intermediárias. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo Adicional Proposto".

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

### 3.20. Provisão para recuperação dos ativos de vida longa

Ativos sujeitos à depreciação ou amortização têm sua recuperação testada sempre que há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e desde que aquele evento (ou eventos) tenha um impacto, estimável com confiabilidade, nos fluxos de caixa futuros do ativo. Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização têm seu valor de recuperação revisados pela administração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seus valores contábeis não poderão ser recuperados.

Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível recuperação com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou circunstâncias. Nesse caso, as perdas são reconhecidas com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

### 3.21. Remuneração com base em ações

A Companhia oferece a empregados e executivos planos de remuneração fixa e variável os quais possuem uma parcela referenciada ao preço das ações do acionista controlador, não havendo, no entanto, entrega/emissão de ações para liquidação. Esses valores são reconhecidos como despesa tendo como contrapartida uma provisão a pagar ao empregado. Na data do balanço, a Companhia revisa essas estimativas de benefício que são integralmente liquidadas em dinheiro.

### 3.22. Informações sobre segmentos

A apresentação dos segmentos operacionais da Companhia considerou (i) a classificação utilizada pelo “tomador de decisões operacionais” – a diretoria da Companhia – quando das análises de resultado; (ii) a existência de informações financeiras para o segmento; (iii) o agrupamento de segmentos com características, riscos e retornos semelhantes entre eles; e (iv) a materialidade e relevância das informações por segmento.

Informações sobre segmentos são apresentadas em consonância com a estrutura dos segmentos de negócio e dos relatórios internos analisados pela administração da Companhia.

### 3.23. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subseqüentemente, novamente mensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge. Sendo este caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos. O hedge de investimento líquido no exterior é realizado com instrumentos financeiros não derivativos.

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de hedge. Além disso, também é documentada avaliação, tanto no início do hedge como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de hedge são altamente eficazes na compensação das variações originadas pelos itens a serem protegidos.

#### (a) Hedge de investimentos líquidos no exterior

Essas operações são contabilizadas de modo semelhante às de hedge de fluxo de caixa. Qualquer ganho ou perda do instrumento de hedge relacionado com a parcela efetiva do hedge é reconhecido em resultados abrangentes. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado em “Outras (receitas) despesas, líquidas” (Nota 7.3).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, o hedge apresentou-se em sua totalidade efetivo.

Os ganhos e as perdas acumulados no patrimônio são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcialmente alienada ou vendida.

### 4. Estimativas contábeis críticas

Estimativas contábeis críticas são aquelas que são tanto (a) importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados quanto (b) requerem julgamentos mais difíceis, subjetivos e complexos por parte da administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões inerentemente incertas. A medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

As seguintes estimativas, derivadas de experiência histórica e de vários outros fatores que a administração julga como razoáveis e relevantes, sob certas circunstâncias, foram classificadas como sendo as de maior complexidade quando da preparação dessas demonstrações financeiras:

#### 4.1. Provisão para perdas com créditos (impairment)

Essa provisão é fundamentada em análise dos créditos pela administração, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

#### 4.2. Vida útil dos ativos de longa vida

A depreciação ou amortização dos ativos de longa vida considera a melhor estimativa da administração sobre a utilização dos ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

#### 4.3. Plano de pensão para benefícios a empregados – obrigações de aposentadoria

O valor atual do plano de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto, e outras, que estão divulgadas na Nota 26. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

#### 4.4. Provisões para contingências

As contingências são analisadas pela administração em conjunto com seus assessores jurídicos. A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Essas avaliações envolvem julgamentos da administração.

### 5. Novos pronunciamentos, alterações e interpretações das IFRS

As normas e alterações das normas, que afetam a Companhia e relacionadas a seguir, foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

#### 5.1. IFRS 9, “Instrumentos financeiros”, emitido em novembro de 2009

Esta norma é o primeiro passo no processo de substituição do IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização dos ativos financeiros. A norma não é aplicável até 1º de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia. A Companhia ainda avaliará o impacto total do IFRS 9 ao longo de 2011.

#### 5.2. IAS 24 (revisado), “Divulgações de Partes Relacionadas”, emitido em novembro de 2009

Substitui o IAS 24, “Divulgações de Partes Relacionadas”, emitido em 2003. O IAS 24 (revisado) é obrigatório para períodos iniciando em ou após 1º de janeiro de 2011; todavia, sua aplicação prévia, no todo ou em parte, é permitida. A norma revisada esclarece e simplifica a definição de parte relacionada e retira a exigência de entidades relacionadas com o governo divulgarem detalhes de todas as transações com o governo e outras entidades relacionadas do governo. A Companhia aplicará a norma revisada a partir de 1º de janeiro de 2011.

### 6. Gestão de risco financeiro

Uma das principais responsabilidades da administração da Companhia é o gerenciamento, dentro de uma política global, das exposições aos riscos de mercado, crédito e liquidez. Nesse contexto, a Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos.

#### 6.1. Riscos de mercado

##### (a) Risco de taxa de juros

O objetivo da política de gerenciamento do risco de taxa de juros da Companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado.

Para o gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreados em taxas fixas e variáveis.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adotam política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

A variação de 1 ponto percentual nas taxas de juros resultaria em um aumento ou redução no resultado financeiro de cerca de R\$ 15,5.

##### (b) Risco de taxa de câmbio

Parcela significativa das operações da Companhia é realizada no mercado internacional, sobretudo o negócio de exportações de fumo. A Companhia também está exposta ao risco de taxa de câmbio na conversão de balanço da moeda funcional das subsidiárias domiciliadas no exterior para reais, a moeda de reporte da Companhia. Com isso, sua estrutura patrimonial está exposta principalmente nas rubricas de caixa, contas a receber, fornecedores, empréstimos e contas de resultado operacional, preponderantemente denominadas em dólares dos Estados Unidos.

Para reduzir esse risco, além do monitoramento permanente do mercado de câmbio pela sua administração, a Companhia contrata, quando julga necessário, derivativos financeiros para compensar esses eventuais impactos. Adicionalmente, a Companhia protege seu investimento líquido em subsidiárias no exterior com a contratação de empréstimo em moeda estrangeira de forma a evitar a volatilidade de seu resultado financeiro, reduzindo a exposição à variação cambial.

As normas contábeis requerem que seja apresentada uma análise sensível que mostre os impactos decorrentes de variações hipotéticas nas taxas de câmbios sobre itens de ativos e passivos em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de redução de 10% entre o real e o dólar dos Estados Unidos sobre aqueles itens em aberto na data das demonstrações financeiras consolidadas.

Uma variação de 10% do Real em relação ao dólar dos Estados Unidos resultaria em um aumento ou redução de cerca de R\$ 15,6 no Patrimônio Líquido da Companhia.

#### 6.2. Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios.

A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes e agricultores, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. A Companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes e o rating de crédito é revisado regularmente.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito avaliadas por agências independentes de rating, além de manter limites financeiros de operações individualizados por instituição financeira.

#### 6.3. Risco de liquidez

A política de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia somente possui aplicações com vencimentos inferiores a 90 dias e com liquidez imediata, cujos montantes são suficientes para fazer face a uma eventual exigibilidade imediata dos saldos de fornecedores que tem vencimento de menos de 1 ano, das garantias concedidas aos fornecedores e de empréstimos e financiamentos, cujo cronograma de vencimento está apresentado na Nota 14. Os demais passivos financeiros da Companhia apresentam vencimento com período inferior a 1 ano.

### 6.4. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, e para manter uma adequada estrutura de capital.

A Companhia utiliza capital de terceiros para financiar parte do seu capital circulante bem como suas exportações de fumo, e utiliza capital próprio para a realização de investimentos de longo prazo. A distribuição de dividendos é também parte relevante da estratégia de gestão de capital, tendo a Companhia, nos últimos anos, destinado seus excedentes de caixa aos seus acionistas.

### 7. Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia e suas controladas avaliaram seus principais ativos e passivos em relação aos valores de mercado/realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito não material nos valores de realização estimados.

#### 7.1. Classificação dos instrumentos financeiros

A administração da Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

##### (a) Empréstimos e recebíveis

São classificados como empréstimos e recebíveis os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas receber, empréstimos a coligadas e outros ativos circulantes, cujos valores contabilizados aproximam-se dos de realização. Quanto ao preço do produto, a Companhia considera que não existem riscos inerentes, uma vez que não vêm apresentando volatilidade nos mercados nos quais a Companhia opera.

##### (b) Outros passivos financeiros

São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos estão sujeitos a juros com taxas correntes de mercado e à variação cambial, conforme descrito na Nota 14.

#### 7.2. Estimativa com base no valor justo

Pressupõe-se que a estimativa de saldos de contas a receber e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigentes no mercado, para instrumentos financeiros similares. A Companhia utilizou os preços cotados em mercados ativos para instrumentos idênticos sobre a avaliação dos valores justos usados.

O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e justos dos referidos ativos e passivos:

#### • CONSOLIDADO

	2010		2009	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Empréstimos e recebíveis:</b>				
• Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	1.550,9	1.550,9	1.035,3	1.035,3
• Contas a receber (Nota 9)	464,0	464,0	464,2	464,2
• Outros	27,1	27,1	56,2	56,2
	<b>2.042,0</b>	<b>2.042,0</b>	<b>1.555,7</b>	<b>1.555,7</b>

#### Instrumentos Financeiros usados para Hedge:

	2010		2009	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
• Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	520,5	520,5	212,8	212,8
<b>Outros passivos financeiros:</b>				
• Fornecedores	94,4	94,4	68,1	68,1
• Adiantamentos de clientes	15,3	15,3	14,0	14,0
• Outras contas a pagar	84,1	84,1	91,7	91,7
	<b>714,3</b>	<b>714,3</b>	<b>386,6</b>	<b>386,6</b>

#### • CONTROLADORA

	2010		2009	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Empréstimos e recebíveis:</b>				
• Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	1.082,2	1.082,2	775,8	775,8
• Contas a receber (Nota 9)	379,9	379,9	391,4	391,4
• Outros	5,8	5,8	34,4	34,4
	<b>1.467,9</b>	<b>1.467,9</b>	<b>1.201,6</b>	<b>1.201,6</b>

#### Instrumentos financeiros usados para Hedge:

	2010		2009	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
• Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	1.554,8	1.554,8	1.294,4	1.294,4
<b>Outros passivos financeiros:</b>				
• Fornecedores	92,3	92,3	65,1	65,1
• Adiantamentos de clientes	10,6	10,6	72,9	72,9
• Outras contas a pagar	78,8	78,8	82,3	82,3
	<b>1.736,5</b>	<b>1.736,5</b>	<b>1.514,7</b>	<b>1.514,7</b>

#### 7.3. Instrumentos financeiros não derivativo – hedge de investimentos líquidos no exterior

Conforme mencionado na Nota 3.2 (c), a Companhia possui participações acionárias no exterior cujas moedas funcionais divergem da moeda funcional da controladora. Segue abaixo um quadro resumo das empresas e respectivos países de domicílio, moedas corrente e funcional:

Empresa	País de domicílio	Moeda corrente	Moeda funcional
Souza Cruz	Brasil	Real	Real
Yolanda Participações	Brasil	Real	Real
Yolanda Netherlands	Holanda	Euro	US dólar
SC Overseas	Portugal	Euro	US dólar

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia para minimizar essa exposição cambial são linhas de crédito, contratadas em moeda estrangeira, que são utilizadas para financiar o negócio de exportação de fumo. As principais linhas contratadas são os adiantamentos de contratos de câmbio (ACCs) e empréstimos em moeda estrangeira (operações Lei 4.131) – veja Nota 14. Esses instrumentos são contratados para proteger a totalidade da exposição cambial gerada pelos investimentos líquidos no exterior.

Na medida em que esses instrumentos são liquidados, outros de características semelhantes são contratados a fim de que se mantenha a proteção para a exposição cambial.

A efetividade dessa proteção é medida periodicamente pela administração com base no coeficiente de efetividade entre as variações cambiais geradas pelas duas “pontas” da operação – item protegido (investimentos no exterior) e instrumento de proteção (ACCs e operações Lei 4.131).

As variações cambiais, geradas pelo item protegido e respectivo instrumento de proteção, são contabilizadas no patrimônio líquido, na rubrica de “Ajustes de avaliação patrimonial”, sendo reclassificadas ao resultado do exercício no momento em que as participações acionárias no exterior forem alienadas ou vendidas, parcial ou integralmente. Os impactos decorrentes dessa operação estão apresentados na Demonstração dos resultados abrangentes.

#### 8. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
Caixa e Bancos	114,1	140,8	105,1	131,0
Aplicações em “time deposit”	437,1	217,0	-	-
Aplicações em fundos de investimentos	291,1	201,8	271,1	169,6
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	708,6	475,7	706,0	475,2
	<b>1.550,9</b>	<b>1.035,3</b>	<b>1.082,2</b>	<b>775,8</b>

Do saldo consolidado de caixa e equivalentes de caixa, R\$ 446,5 (2009 - R\$ 226,8) referem-se a recursos mantidos em dólares norte-americanos. Os depósitos bancários de curto prazo são aplicados em títulos de liquidez imediata de instituições financeiras que possuem classificação externa de crédito considerada de primeira linha pelas agências de avaliação de riscos.

#### 9. Contas a receber

##### (a) Composição do saldo

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
<b>Circulante</b>				
Clientes	443,9	421,8	367,0	358,6
Contas a receber de agricultores	46,0	42,3	46,0	42,3
Provisão para Impairment	(48,0)	(44,0)	(48,0)	(44,0)
Outras	15,3	32,0	8,1	22,4
	<b>457,2</b>	<b>452,1</b>	<b>373,1</b>	<b>379,3</b>
<b>Não Circulante - Contas a receber de agricultores</b>				
Parcela do saldo a receber de clientes mantido em dólar dos Estados Unidos	<b>6,8</b>	<b>12,1</b>	<b>6,8</b>	<b>12,1</b>

##### (b) Idade do saldo de contas a receber de clientes e de agricultores

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
A vencer	444,8	429,2	367,9	366,0
Vencidos até 180 dias	43,9	40,7	43,9	40,7
Vencidos há mais de 180 dias	8,0	6,3	8,0	6,3
	<b>496,7</b>	<b>476,2</b>	<b>419,8</b>	<b>413,0</b>

As contas a receber de agricultores constituem-se basicamente de: (i) fornecimento de insumos agrícolas para o plantio e colheita do fumo e (ii) investimentos para construção de estufas e galpões para cura e secagem do fumo pelo produtor.

##### (c) Movimentações na provisão para impairment de contas a receber

Consolidado e Controladora		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2008</b>		<b>84,6</b>
Adições/Reversões		34,1
Baixas		(24,4)
Reclassificação para Outros Passivos Operacionais (nota 15)		(50,3)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>		<b>44,0</b>
Adições/Reversões		16,1
Baixas		(12,1)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>		<b>48,0</b>

Os valores justos das contas a receber apresentam-se como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
<b>Circulante</b>				
Cientes	435,3	414,7	358,4	351,5
Contas a receber de agricultores	6,6	5,4	6,6	5,4
Outras	15,3	32,0	8,1	22,4
	<b>457,2</b>	<b>452,1</b>	<b>373,1</b>	<b>379,3</b>

#### 10. Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
<b>Circulante</b>				
Produtos acabados	624,8	517,7	620,4	513,2
Produtos em elaboração	3,1	3,1	3,1	3,1
Matérias primas	242,4	260,6	242,3	260,4
Produtos de revenda	27,6	89,9	27,6	89,9
Materiais diversos	26,4	26,0	26,4	26,0
	<b>924,3</b>	<b>897,3</b>	<b>919,8</b>	<b>892,6</b>
<b>Não Circulante - Matéria prima (fumo)</b>	<b>11,0</b>	<b>9,5</b>	<b>11,0</b>	<b>9,5</b>

#### 11. Investimentos

##### (a) Composição do saldo

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
Controladas				
Souza Cruz Trading S.A.	-	-	42,6	24,2
Yolanda Participações S.A. e subsidiárias	-	-	1.584,2	1.466,4
Coligada				
Agrega Inteligência em Compras Ltda.	11,7	12,1	11,7	12,1
	<b>11,7</b>	<b>12,1</b>	<b>1.638,5</b>	<b>1.502,7</b>

#### 12. Imobilizado

##### (a) Composição do saldo líquido

	Consolidado		Controladora		Taxas anuais de depreciação- %
	2010	2009	2010	2009	
Terrenos e cercas	37,7	38,7	37,7	38,7	-
Edifícios	245,9	262,4	246,0	262,4	4
Máquinas e equipamentos	285,2	269,0	272,7	256,0	10-25
Veículos	56,4	54,1	56,4	54,1	20
Imobilizado em andamento	100,4	72,4	100,3	72,4	-
Equipamentos de processamento de dados	23,5	37,7	23,7	37,7	20
Móveis e utensílios	14,9	13,1	15,0	13,1	10
Outros Imobilizados	24,0	19,0	26,6	22,6	-
	<b>788,0</b>	<b>766,4</b>	<b>778,4</b>	<b>757,0</b>	-

##### (b) Síntese das movimentações do saldo consolidado

Custo do imobilizado bruto	Terrenos/ Cercas	Edifícios	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Imobilizado em Andamento	Equipamentos de Processamento de Dados	Móveis e Utensílios	Outros Imobilizados	Total
<b>Saldo em 31/12/2008</b>	<b>39,9</b>	<b>371,1</b>	<b>1.158,3</b>	<b>139,5</b>	<b>157,7</b>	<b>102,4</b>	<b>34,7</b>	<b>45,2</b>	<b>2.048,8</b>
Adições	-	11,9	50,8	15,9	74,5	12,2	1,5	1,9	168,7
Transferências	-	56,4	68,3	1,7	(159,8)	12,1	2,4	(10,8)	(29,7)
Baixas	-	(6,8)	(64,3)	(3,7)	-	(13,2)	(5,4)	(0,9)	(94,3)
Impairment	-	(4,9)	5,3	-	-	-	-	-	0,4
Efeito do Câmbio	-	-	(7,1)	-	-	-	-	-	(7,1)
<b>Saldo em 31/12/2009</b>	<b>39,9</b>	<b>427,7</b>	<b>1.211,3</b>	<b>153,4</b>	<b>72,4</b>	<b>113,5</b>	<b>33,2</b>	<b>35,4</b>	<b>2.086,8</b>
Adições	-	3,1	42,4	17,7	94,5	2,4	1,6	4,3	166,0
Transferências	0,1	1,1	38,7	7,3	(66,5)	(6,6)	2,5	6,0	(17,4)
Baixas	(1,0)	(18,4)	(29,0)	(13,8)	-	(9,8)	(1,1)	-	(73,1)
Impairment	-	4,9	3,9	-	-	-	-	-	8,8
Efeito do Câmbio	-	-	(0,9)	-	-	-	-	-	(0,9)
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>39,0</b>	<b>418,4</b>	<b>1.266,4</b>	<b>164,6</b>	<b>100,4</b>	<b>99,5</b>	<b>36,2</b>	<b>45,7</b>	<b>2.170,2</b>
<b>Depreciação acumulada</b>									
<b>Saldo em 31/12/2008</b>	<b>1,1</b>	<b>152,1</b>	<b>949,7</b>	<b>82,6</b>	<b>-</b>	<b>74,2</b>	<b>23,4</b>	<b>19,9</b>	<b>1.303,0</b>
Adições	0,1	17,0	57,1	20,6	-	14,8	2,0	5,5	117,1
Transferências	-	(0,2)	(0,4)	(0,4)	-	(0,1)	-	(8,7)	(9,8)
Baixas	-	(3,6)	(61,3)	(3,5)	-	(13,1)	(5,3)	(0,3)	(87,1)
Efeito do Câmbio	-	-	(2,8)	-	-	-	-	-	(2,8)
<b>Saldo em 31/12/2009</b>	<b>1,2</b>	<b>165,3</b>	<b>942,3</b>	<b>99,3</b>	<b>-</b>	<b>75,8</b>	<b>20,1</b>	<b>16,4</b>	<b>1.320,4</b>
Adições	0,1	17,5	64,9	22,5	-	11,0	2,3	5,3	123,6
Transferências	-	-	0,5	-	-	(1,1)	(0,1)	-	(0,7)
Baixas	-	(10,3)	(26,1)	(13,6)	-	(9,7)	(1,0)	-	(60,7)
Efeito do Câmbio	-	-	(0,4)	-	-	-	-	-	(0,4)
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>1,3</b>	<b>172,5</b>	<b>981,2</b>	<b>108,2</b>	<b>-</b>	<b>76,0</b>	<b>21,3</b>	<b>21,7</b>	<b>1.382,2</b>
<b>Imobilizado líquido</b>									
<b>Saldo em 31/12/2008</b>	<b>38,8</b>	<b>219,0</b>	<b>208,6</b>	<b>56,9</b>	<b>157,7</b>	<b>28,2</b>	<b>11,3</b>	<b>25,3</b>	<b>745,8</b>
<b>Saldo em 31/12/2009</b>	<b>38,7</b>	<b>262,4</b>	<b>269,0</b>	<b>54,1</b>	<b>72,4</b>	<b>37,7</b>	<b>13,1</b>	<b>19,0</b>	<b>766,4</b>
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>37,7</b>	<b>245,9</b>	<b>285,2</b>	<b>56,4</b>	<b>100,4</b>	<b>23,5</b>	<b>14,9</b>	<b>24,0</b>	<b>788,0</b>

#### 13. Intangível

##### (a) Composição do saldo

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
Programas de software/Licenças de uso	244,8	222,8	240,9	218,1
Amortização acumulada	(179,2)	(156,6)	(175,4)	(152,0)
	<b>65,6</b>	<b>66,2</b>	<b>65,5</b>	<b>66,1</b>

##### (b) Movimentações do saldo consolidado

	Saldo em 2008	Adições	Transfe- rências	Baixas	Impairment	Efeito Câmbio	Saldo em 2009
Custo do intangível	226,4	21,7	10,4	(33,6)	(0,6)	(1,5)	222,8
Amortização acumulada	(142,9)	(19,1)	-	3,9	-	1,5	(156,6)
<b>Intangível líquido</b>	<b>83,5</b>	<b>2,6</b>	<b>10,4</b>	<b>(29,7)</b>	<b>(0,6)</b>	<b>-</b>	<b>66,2</b>
<b>Saldo em 2009</b>	<b>222,8</b>	<b>5,1</b>	<b>16,9</b>	<b>(0,4)</b>	<b>0,6</b>	<b>(0,2)</b>	<b>244,8</b>
Amortização acumulada	(156,6)	(22,2)	(1,0)	0,4	-	0,2	(179,2)
<b>Intangível líquido</b>	<b>66,2</b>	<b>(17,1)</b>	<b>15,9</b>	<b>-</b>	<b>0,6</b>	<b>-</b>	<b>65,6</b>

#### 14. Empréstimos e financiamentos

Circulante - Consolidado e Controladora	Encargos	2010	2009
<b>Moeda Nacional</b>			
Capital de Giro	Taxas de mercado	30,7	21,2
<b>Moeda estrangeira</b>			
Empréstimos em moeda estrangeira Lei nº 4.131 (US\$ 260,6 milhões)	1,07% a.a. + variação cambial	434,2	-
Adiantamentos de contratos de câmbio (ACC) US\$ 33,4 milhões (2009 - US\$ 110,1 milhões)	0,75% a.a. (2009 - 0,65% a.a.) + variação cambial	55,6	191,6
		<b>520,5</b>	<b>212,8</b>
<b>Circulante - Instituições financeiras:</b>	<b>Vencimento</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Banco Bradesco S.A.	1 -- 3 meses	50,0	-
Banco Bradesco S.A.	Até 1 ano	116,8	40,1
HSBC Bank Brasil S.A.	1 -- 3 meses	5,5	-
HSBC Bank Brasil S.A.	Até 1 ano	-	19,0
Banco Citibank S/A	Até 1 ano	-	8,7
Banco do Brasil S.A.	1 -- 3 meses	-	30,2
Banco do Brasil S.A.	Até 1 ano	317,5	99,2
Banco Itaú BBA S.A.	Até 1 ano	30,7	15,6
		<b>520,5</b>	<b>212,8</b>

##### (b) Movimentações do saldo

Sociedades Controladas e Coligadas	Controladas		Coligada		Total
	Souza Cruz Trading S.A.	Yolanda Participações S.A. e Societades Controladas	Agrega Inteligência em Compras Ltda		
<b>Principais Informações</b>					
<b>Quantidade de ações ordinárias/ quotas possuídas:</b>					
em 31 de dezembro de 2009	1	111.405	55.000	-	-
em 31 de dezembro de 2010	1	111.405	55.000	-	-
<b>Percentual de participação no capital social:</b>					
em 31 de dezembro de 2009	100,00 %	100,00 %	50,00 %	-	-
em 31 de dezembro de 2010	100,00 %	100,00 %	50,00 %	-	-
<b>Patrimônio líquido:</b>					
em 31 de dezembro de 2009	24,2	1.466,4	24,2	-	-
em 31 de dezembro de 2010	42,6	1.584,2	23,4	-	-
<b>Lucro líquido do exercício:</b>					
em 31 de dezembro de 2009	0,5	357,3	15,8	-	-
em 31 de dezembro de 2010	18,0	198,9	14,8	-	-
<b>Movimentação dos investimentos</b>					
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2008</b>	<b>23,7</b>	<b>1.556,4</b>	<b>4,2</b>	<b>1.584,3</b>	
Ajustes de Avaliação Patrimonial apropriados diretamente no Patrimônio Líquido:					
Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	-	(395,8)	-	(395,8)	
Ganhos e Perdas Resultantes de Conversão de Moeda Estrangeira	-	(47,0)	-	(47,0)	
Resultado de equivalência patrimonial	0,5	357,3	7,9	365,7	
Dividendos	-	(4,5)	-	(4,5)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>24,2</b>	<b>1.466,4</b>	<b>12,1</b>	<b>1.502,7</b>	
Ajustes de Avaliação Patrimonial apropriados diretamente no Patrimônio Líquido:					
Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	-	(63,0)	-	(63,0)	
Ganhos e Perdas Resultantes de Conversão de Moeda Estrangeira	-	(10,7)	-	(10,7)	
Resultado de equivalência patrimonial	18,4	198,9	7,4	224,7	
Dividendos	-	(7,4)	(7,8)	(15,2)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>42,6</b>	<b>1.584,2</b>	<b>11,7</b>	<b>1.638,5</b>	

##### Não Circulante - Controladora

	2010	2009	
Financiamento para exportação de fumo captado da Yolanda Netherlands B.V. (controlada indireta) com vencimentos entre Jun/2012 e Fev/2015 US\$ 620,7 milhões (2009 - US\$ 621,2 milhões) - Nota 27	6,30% a.a. + variação cambial	<b>1.034,3</b>	<b>1.081,6</b>

Os adiantamentos de contrato de câmbio têm como garantia os contratos de exportação. Os empréstimos para capital de giro são para suprir necessidades temporárias de caixa e têm como garantia cédula de crédito bancário.

Desde agosto de 2010, a Companhia vem captando recursos sob a modalidade de operação financeira estruturada nos termos da Circular do Banco Central nº 4.131. A exemplo dos ACC's, esses recursos vêm sendo destinados ao negócio de exportação de fumo.

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos de curto prazo aproximam-se de seu valor justo.

#### 15. Outros passivos operacionais

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
<b>Circulante</b>				
Comissões e serviços	12,3	13,5	12,2	13,2
Gastos operacionais	20,8	21,3	20,8	21,3
Custo de reestruturação	6,8	11,1	6,1	11,1
Avais a agricultores (a)	9,7	50,3	9,7	50,3
	<b>49,6</b>	<b>96,2</b>	<b>48,8</b>	<b>95,9</b>
<b>Não Circulante - Honorários advocatícios</b>	<b>53,0</b>	<b>48,8</b>	<b>41,8</b>	<b>40,5</b>

(a) Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possuía R\$ 50,3 de avais a agricultores alocados na rubrica de contas a receber. Este valor foi reclassificado para este grupo de contas para fins comparativos com o ano de 2010. A variação ocorrida em 2010 decorre da melhora do perfil de risco dos produtores rurais, aliado ao menor volume de créditos concedidos avaliados pela Companhia (Nota 29).

#### 16. Provisões para contingências e depósitos judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas, cíveis e de outras naturezas, cujas discussões se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial.

O risco de perda associado a cada processo é avaliado periodicamente pela administração em conjunto com seus consultores jurídicos internos e externos e leva em consideração: (i) histórico de perda envolvendo discussões similares; (ii) entendimentos dos tribunais superiores relacionados a matérias de mesma natureza; (iii) doutrina e jurisprudência aplicável a cada disputa. Com base nessa avaliação, a Companhia constitui provisão para contingência para aqueles processos cuja avaliação de risco é considerada como provável de perda.

##### (a) Composição consolidada

A Companhia e suas controladas possuem a seguinte posição de processos administrativos e judiciais, considerando-se o risco de perda envolvido:

	2010			2009		
	Provável	Possível	Total	Provável	Possível	Total
<b>Tributárias:</b>						
• Taxa ANVISA de ins						

**Comentários sobre os principais processos envolvendo a Companhia e suas controladas (valores individuais acima de R\$ 30 milhões):**

**(i) Taxa ANVISA de inspeção sanitária**

As autoridades fiscais autuaram a Companhia pelo não recolhimento do IPI sobre operações de vendas de cigarros que não se completaram por conta do roubo dos produtos antes da entrega ao cliente. A administração entende que esse tributo não é devido, considerando que a operação de venda aos clientes não ocorreu e, portanto, não se configurou o evento econômico, pressuposto para a tributação.

**(ii) IPI sobre cigarros sinistrados**

As autoridades fiscais autuaram a Companhia pelo não recolhimento do IPI sobre operações de vendas de cigarros que não se completaram por conta do roubo dos produtos antes da entrega ao cliente. A administração entende que esse tributo não é devido, considerando que a operação de venda aos clientes não ocorreu e, portanto, não se configurou o evento econômico, pressuposto para a tributação.

No contexto desse entendimento, já foram proferidas duas decisões favoráveis à tese defendida pela Souza Cruz, que se baseia na defesa de que o fato gerador para fins tributários deve ser associado à materialização do evento econômico, o qual não ocorre no caso de roubo de mercadorias, o que reforça a posição da administração de que as chances de perda nessas autuações devem ser consideradas como possíveis, não sendo requerido o provisionamento dos valores envolvidos.

**(b) Responsabilidade pelo fato do produto**

Em 31 de dezembro de 2010, havia 293 processos (2009 – 317 processos) dessa natureza em andamento. De acordo com opiniões dos consultores jurídicos internos e externos da Companhia, não existem ações que justifiquem provisão referente à responsabilidade pelo fato do produto.

Foram proferidas pelo Judiciário brasileiro 329 decisões definitivas (2009 – 280), todas favoráveis aos argumentos de defesa da Companhia.

**(c) Provisões para contingências**

A movimentação das provisões para contingências consolidadas pode ser resumida como segue:

	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2008</b>	<b>67,6</b>	<b>1,2</b>	<b>72,4</b>	<b>141,2</b>
Adições e reversões	9,6	1,0	7,3	17,9
Baixas por pagamento	(5,9)	(1,2)	(4,8)	(11,9)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>71,3</b>	<b>1,0</b>	<b>74,9</b>	<b>147,2</b>
Adições e reversões	15,2	8,3	(10,4)	13,1
Baixas por pagamento	(0,6)	(2,2)	(11,0)	(13,8)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>85,9</b>	<b>7,1</b>	<b>53,5</b>	<b>146,5</b>

**(d) Depósitos judiciais**

A posição consolidada de depósitos judiciais relacionados por natureza pode ser resumida como segue:

	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>76,9</b>	<b>9,2</b>	<b>27,7</b>	<b>113,8</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>87,5</b>	<b>9,5</b>	<b>36,2</b>	<b>133,2</b>

**17. Incentivos fiscais**

Referem-se a benefícios que vêm sendo concedidos desde 1997, com base no programa estadual de incentivos fiscais do ICMS - Fundo Operação Empresa (FUNDOPEM) do Estado do Rio Grande do Sul, para a construção da fábrica de cigarros na cidade de Cachoeirinha, município da região metropolitana de Porto Alegre, e da Usina de Processamento de Fumo, na cidade de Santa Cruz do Sul. Esses benefícios terminaram em junho de 2005.

Em agosto de 2005, o Programa foi estendido para contemplar a transferência para Cachoeirinha do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (CPD) e do Departamento Gráfico (DG), sediados no Rio de Janeiro àquela época, além da construção de nova linha de processamento de talos de folhas de fumo na cidade de Santa Cruz do Sul.

De acordo com os IFRS, os valores referentes a subsídios do Governo não devem ser registrados no patrimônio líquido e estabelece sua contabilização em conta do passivo, com apropriação para o resultado baseado na realização do correspondente ativo incentivado. Nesse sentido, em decorrência da publicação da versão revisada do CPC 43, e conforme divulgado na Nota 2.2, a Companhia equiparou, retroativamente, os saldos de incentivos fiscais das demonstrações financeiras consolidadas e individuais em contrapartida aos saldos de patrimônio líquido e lucro líquido do exercício para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

Durante o exercício de 2010, R\$ 65,2 (2009 - R\$ 60,2) relativos à parcela não realizada foram registrados na conta "Incentivos Fiscais" no passivo não circulante e R\$ 42,8 (2009 - R\$ 46,1) relativos à parcela realizada foram registrados na conta "Outras (Receitas) Despesas, Líquidas" no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Os incentivos fiscais ainda não realizados, no montante de R\$ 333,2 (2009 - R\$ 310,8) foram registrados na conta "Incentivos Fiscais" no passivo não circulante.

**18. Patrimônio líquido**

**(a) Capital social**

O Capital Social é composto de 305.690.100 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, assim distribuídas em 31 de dezembro:

	2010		2009	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
<b>Controle Acionário:</b>	<b>230.076.378</b>	<b>75,3%</b>	<b>230.076.378</b>	<b>75,3%</b>
British-American Tobacco Company (Nederland) B.V.	230.076.378	75,3%	230.076.378	75,3%
<b>Acionistas Minoritários:</b>	<b>75.613.722</b>	<b>24,7%</b>	<b>75.613.722</b>	<b>24,7%</b>
Domiciliados no Exterior	49.816.715	16,2%	43.846.594	14,3%
Pessoas Físicas	21.654.400	7,1%	23.767.381	7,8%
Fundos de Pensão	-	-	3.372.489	1,0%
Pessoas Jurídicas	4.142.607	1,4%	4.627.258	1,5%
	<b>305.690.100</b>	<b>100,0%</b>	<b>305.690.100</b>	<b>100,0%</b>

**(b) Reservas de lucros**

**(i) Reserva legal**

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações.

**(ii) Reserva estatutária para manutenção de capital de giro**

Constituída com a finalidade de assegurar a disponibilidade de recursos próprios para o desenvolvimento dos negócios sociais e a manutenção dos estoques da Companhia, assim como possibilitar a compra de safras futuras de fumo. O estatuto da Companhia determina que essa reserva pode ser constituída em valor de até 30% do lucro líquido do exercício e o seu saldo não poderá exceder a 80% do capital social.

**(iii) Reserva estatutária para investimentos**

Constituída com a finalidade de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral em observância ao Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

**(iv) Reserva de incentivos fiscais**

A administração da Companhia propôs, *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas, a apropriação do valor dos incentivos fiscais para investimentos realizados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$ 42,8 (2009 – R\$ 11,5), à conta de "Reserva de incentivos fiscais" no patrimônio líquido.

**(c) Remuneração dos acionistas**

De acordo com as disposições estatutárias da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei societária.

Em 31 de dezembro de 2010, a administração da Companhia propôs o pagamento de dividendos no montante de R\$ 749,1 com base no lucro apurado no exercício de 2010, a ser referendado pela Assembleia Geral de Acionistas, o qual foi transferido para a reserva "Dividendo Adicional Proposto", conforme disposto na Deliberação CVM nº 601/2009. Esses dividendos serão reconhecidos no passivo quando houver aprovação em 2011.

Assim, considerando os juros sobre o capital próprio (JCP) de R\$ 29,8 declarados em dezembro de 2010 e a remuneração intermediária (JCP e dividendos) paga durante o ano de R\$ 627,2, a remuneração total dos acionistas por conta dos lucros obtidos no exercício de 2010 totalizará R\$ 1.406,1 (cerca de R\$ 4,60 por ação), representando 97,0% do lucro líquido consolidado do exercício de 2010.

Os dividendos propostos e os juros sobre o capital próprio declarados serão atualizados pela taxa SELIC a partir de 31 de dezembro de 2010 até a data dos seus respectivos pagamentos.

	2010		2009	
	R\$ Milhões	R\$ por ação	R\$ Milhões	R\$ por ação
<b>Lucro líquido do exercício (controladora)</b>	<b>1.448,5</b>	<b>4,74</b>	<b>1.481,6</b>	<b>4,85</b>
Realização de Incentivos Fiscais	(42,8)	(0,14)	(11,5)	(0,04)
Reversão de Dividendos Prescritos	0,4	-	0,6	-
<b>Base de cálculo dos dividendos</b>	<b>1.406,1</b>	<b>4,60</b>	<b>1.470,7</b>	<b>4,81</b>
Juros sobre o capital próprio - intermediários	86,1	0,281808	90,8	0,296941
Dividendo intermediário	541,1	1,770000	756,0	2,473094
Juros sobre o capital próprio - complementar	29,8	0,097529	27,4	0,089574
Dividendo Adicional Proposto	749,1	2,450644	561,9	1,838278
	<b>1.406,1</b>	<b>4,599981</b>	<b>1.436,1</b>	<b>4,697887</b>
<b>Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício consolidado</b>	<b>97,0%</b>		<b>96,7%</b>	

**19. Receita líquida das vendas**

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
Receita bruta de vendas	12.953,6	12.121,3	12.799,0	11.803,8
Tributos incidentes sobre vendas	(7.434,8)	(6.328,6)	(7.434,8)	(6.328,6)
<b>Receita líquida das vendas</b>	<b>5.518,8</b>	<b>5.792,7</b>	<b>5.364,2</b>	<b>5.475,2</b>

**20. Resultado financeiro**

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	57,6	73,5	51,6	69,1
Juros e variações monetárias sobre contas a receber	18,0	15,2	17,9	15,2
Juros e variações monetárias sobre impostos a recuperar	2,3	0,7	1,7	0,7
Outras receitas financeiras	3,1	4,3	2,5	3,5
	<b>81,0</b>	<b>93,7</b>	<b>73,7</b>	<b>88,5</b>
<b>Variações cambiais sobre passivos</b>				
Adiantamentos sobre cambiais entregues (ACE)	1,6	7,0	1,6	7,0
Fornecedores e outras contas a pagar	3,0	11,4	2,9	11,3
Adiantamentos de clientes no exterior	3,5	18,5	3,4	18,6
	<b>8,1</b>	<b>36,9</b>	<b>7,9</b>	<b>36,9</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre empréstimos com investida no exterior	-	-	(67,5)	(74,2)
Juros selic sobre dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(21,7)	(29,2)	(21,7)	(29,2)
Juros sobre empréstimos em moeda estrangeira baseados na Lei nº 4.131	(1,1)	-	(1,1)	-
Juros sobre empréstimos em moeda nacional	(6,8)	(6,0)	(6,8)	(6,0)
Juros sobre adiantamentos de contrato de câmbio e adiantamentos sobre cambiais entregues (ACC/ACE)	(1,8)	(1,3)	(1,8)	(1,3)
Outras despesas financeiras	(8,6)	(8,7)	(7,7)	(8,3)
	<b>(40,0)</b>	<b>(45,2)</b>	<b>(106,6)</b>	<b>(119,0)</b>
<b>Variações cambiais sobre ativos</b>				
Contas a receber no exterior	1,6	(17,3)	2,5	(16,4)
Contas correntes com companhias do grupo controlador	-	(6,7)	-	(6,7)
Outras variações cambiais	(0,4)	6,2	(0,1)	6,8
	<b>1,2</b>	<b>(17,8)</b>	<b>2,4</b>	<b>(16,3)</b>
	<b>50,3</b>	<b>67,6</b>	<b>(22,6)</b>	<b>(9,9)</b>

**21. Despesas por natureza**

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
Matéria-prima e materiais	1.813,5	2.043,0	1.801,1	2.025,4
Benefícios a empregados	709,1	678,0	704,6	673,1
Despesas com marketing	350,2	341,5	346,5	337,8
Serviços de terceiros	299,8	288,0	298,7	285,1
Depreciação e amortização	146,8	136,2	146,8	136,1
Manutenção e materiais diversos	125,1	136,9	125,1	136,6
Energia, água e comunicação	59,5	58,7	59,5	58,7
Despesas com viagens	48,8	46,1	48,7	46,1
Frete, armazenagens, aduanas e outras (Reversão)/Perda com créditos a agricultores e clientes	44,8	47,1	44,3	46,6
Contingências fiscais e trabalhistas	(9,2)	46,2	(9,2)	46,2
Aluguéis	14,4	26,8	11,6	26,1
Seguros e sinistros	29,4	25,9	29,3	25,8
Impostos e taxas	18,5	18,6	18,5	18,6
Doações e patrocínios (Lei Rouanet, Fundo da criança e outros)	22,3	14,3	22,2	14,2
Outras despesas	16,8	15,6	16,3	15,6
	<b>39,8</b>	<b>23,6</b>	<b>35,2</b>	<b>18,6</b>
	<b>3.729,6</b>	<b>3.946,5</b>	<b>3.699,2</b>	<b>3.910,6</b>

**Classificadas como:**

Custo dos produtos vendidos	2.134,9	2.348,7	2.122,4	2.331,0
Despesas com vendas	816,8	847,5	806,3	833,7
Despesas gerais e administrativas	777,9	750,3	770,5	745,9
	<b>3.729,6</b>	<b>3.946,5</b>	<b>3.699,2</b>	<b>3.910,6</b>

**22. Benefícios a empregados**

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
Salários, incluindo remuneração variável	438,1	426,9	433,8	422,3
Encargos sociais	153,9	141,4	153,8	141,1
Benefícios, assistência médica e outros	103,7	97,3	103,7	97,3
Planos de pensão	13,4	12,4	13,3	12,4
	<b>709,1</b>	<b>678,0</b>	<b>704,6</b>	<b>673,1</b>

**23. Outras (receitas) despesas, líquidas**

A composição da linha de "Outras (receitas) despesas, líquidas", apresentada na demonstração do resultado em 31 de dezembro, pode ser assim resumida:

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009 (*)
<b>Receitas operacionais:</b>				
Incentivos fiscais (Nota 17)	(42,8)	(46,1)	(42,8)	(46,1)
Recuperação de custos de estocagem e carregamento de estoques	(10,1)	(8,7)	-	-
Recuperação de créditos de contas a receber	(7,3)	(8,5)	(7,3)	(8,5)
Resultado na venda de bens do ativo não circulante	(8,5)	-	(8,5)	-
Resultado na venda de bens do imobilizado	(13,4)	1,7	(13,4)	1,7
Recuperação de tributos e seguros	(66,5)	(6,7)	(38,6)	(5,7)
Outras	(5,9)	(7,1)	(4,6)	(6,0)
	<b>(154,5)</b>	<b>(75,4)</b>	<b>(115,2)</b>	<b>(64,6)</b>
<b>Despesas operacionais:</b>				
Baixa de bens do ativo imobilizado	0,7	29,5	0,7	29,5
PIS e COFINS sobre outras receitas operacionais	0,4	0,7	0,4	0,7
Outras	1,7	1,8	0,8	1,3
	<b>2,8</b>	<b>32,0</b>	<b>1,9</b>	<b>31,5</b>
	<b>(151,7)</b>	<b>(43,4)</b>	<b>(113,3)</b>	<b>(33,1)</b>

**(\*) Reapresentados - Nota 2.2**

Em 2009, foi reconhecida uma baixa no montante de R\$ 30,1 a título de *impairment* de ativo intangível referente a uma plataforma de sistema de marketing e distribuição. Esta baixa foi suportada por estudos, análises e laudo técnico que atestaram a descontinuidade dessa plataforma.

Em 2010, a Souza Cruz e sua controlada Souza Cruz Trading S.A. reconheceram créditos a título de PIS e COFINS no montante total de R\$ 64,0 relativos a períodos anteriores com base no trânsito em julgado em 2010 de sua ação relativa à inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo dessas contribuições, nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei 9.718/98.

**24. Imposto de renda e contribuição social**

**(a) Composição dos tributos diferidos – consolidado**

Os saldos de ativos e passivos diferidos da Companhia e suas controladas apresentam-se como segue:

	Ativo		Passivo	
	2010	2009	2010	2009
<b>Diferenças temporárias geradas por:</b>				
Provisões para contingências	80,8	80,7	-	-
Provisão para perdas em ativos	29,7	44,4	-	-
Provisão para participações no resultado	30,2	29,2	-	-
Provisões operacionais	6,3	4,8	-	-
Provisão para benefícios trabalhistas	7,9	7,6	-	-
Provisão para custos com reestruturação	2,7	3,8	-	-
Outras	5,6	6,8	0,2	0,1
	<b>163,2</b>	<b>177,3</b>	<b>0,2</b>	<b>0,1</b>

Os ativos e passivos diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de diferenças temporárias são reconhecidos levando-se em consideração a realização provável desses tributos, a partir de projeções de resultados futuros elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Apesar das normas contábeis estabelecerem que uma Companhia que diferencie circulante e não circulante não deve classificar os ativos e passivos fiscais diferidos como ativos e passivos circulantes, existe um montante de R\$ 74,5 (2009 - R\$ 89,0), classificado como ativo fiscal diferido não circulante que, de acordo com a expectativa da administração, será realizado durante o ano de 2011. O saldo remanescente será realizado no período de até 5 anos.

**(b) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social**

## 25. Informações por segmento de negócio

A administração definiu os segmentos operacionais do grupo com base nos relatórios utilizados pela diretoria na tomada de decisão estratégica dos negócios. Esses segmentos são:

- Fabricação e venda de cigarros atendendo diretamente a cerca de 260 mil pontos-de-venda de varejos e atacados no país.

- Operações de exportação de fumo para mais de 40 países nos cinco continentes.

A administração efetua sua análise sobre o negócio sob o ponto de vista de comercialização dos produtos da Companhia. Cigarros são vendidos integralmente no Brasil e fumo exclusivamente no exterior. A segregação geográfica é natural pelo tipo de negócio.

A Companhia também possui outros pequenos negócios representados por vendas de fumo desfiado, papéis para cigarros, distribuição de cartões telefônicos e prestação de serviços de pesquisas e de infra-estrutura de informática. Separadamente, nenhum desses negócios constitui um segmento.

Os ativos e passivos por segmento de negócio não estão sendo apresentados, uma vez que não são objeto de análise para tomada de decisão estratégica por parte da diretoria. Ainda por esse motivo, as linhas de "Resultado financeiro" e "Imposto de renda e contribuição social" também não são alocadas aos segmentos de negócios.

Os resultados por segmentos em 2010 são os seguintes:

### (a) Consolidado

	Cigarros	Exportação de Fumo	Outros Negócios	Não Alocados	Total
<b>RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS</b>	<b>3.795,6</b>	<b>1.039,0</b>	<b>684,2</b>	-	<b>5.518,8</b>
Custo dos Produtos Vendidos	762,5	816,1	556,3	-	2.134,9
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>3.033,1</b>	<b>222,9</b>	<b>127,9</b>	-	<b>3.383,9</b>
Despesas Operacionais - Líquidas	1.355,3	106,7	(19,0)	-	1.443,0
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>	<b>1.677,8</b>	<b>116,2</b>	<b>146,9</b>	-	<b>1.940,9</b>
Resultado Financeiro	-	-	-	50,3	50,3
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	7,4	-	7,4
<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	-	-	-	-	<b>1.998,6</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	548,9	548,9
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	-	-	-	-	<b>1.449,7</b>

### (b) Controladora

	Cigarros	Exportação de Fumo	Outros Negócios	Não Alocados	Total
<b>RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS</b>	<b>3.796,1</b>	<b>918,6</b>	<b>649,5</b>	-	<b>5.364,2</b>
Custo dos Produtos Vendidos	770,9	816,0	535,5	-	2.122,4
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>3.025,2</b>	<b>102,6</b>	<b>114,0</b>	-	<b>3.241,8</b>
Despesas Operacionais - Líquidas	1.320,6	146,6	(3,7)	-	1.463,5
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>	<b>1.704,6</b>	<b>(44,0)</b>	<b>117,7</b>	-	<b>1.778,3</b>
Resultado Financeiro	-	-	-	(22,6)	(22,6)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	224,7	-	224,7
<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	-	-	-	-	<b>1.980,4</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	531,9	531,9
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	-	-	-	-	<b>1.448,5</b>

Os resultados por segmentos em 2009 são os seguintes:

### (a) Consolidado

	Cigarros	Exportação de Fumo	Outros Negócios	Não Alocados	Total
<b>RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS</b>	<b>3.646,0</b>	<b>1.248,0</b>	<b>898,7</b>	-	<b>5.792,7</b>
Custo dos Produtos Vendidos	733,0	881,7	734,0	-	2.348,7
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>2.913,0</b>	<b>366,3</b>	<b>164,7</b>	-	<b>3.444,0</b>
Despesas Operacionais - Líquidas	1.396,3	96,1	62,0	-	1.554,4
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>	<b>1.516,7</b>	<b>270,2</b>	<b>102,7</b>	-	<b>1.889,6</b>
Resultado Financeiro	-	-	-	67,6	67,6
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	7,9	-	7,9
<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	-	-	-	-	<b>1.965,1</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	480,2	480,2
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	-	-	-	-	<b>1.484,9</b>

### (b) Controladora

	Cigarros	Exportação de Fumo	Outros Negócios	Não Alocados	Total
<b>RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS</b>	<b>3.646,0</b>	<b>961,9</b>	<b>867,3</b>	-	<b>5.475,2</b>
Custo dos Produtos Vendidos	734,3	875,0	721,7	-	2.331,0
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>2.911,7</b>	<b>86,9</b>	<b>145,6</b>	-	<b>3.144,2</b>
Despesas Operacionais - Líquidas	1.367,1	130,2	49,2	-	1.546,5
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>	<b>1.544,6</b>	<b>(43,3)</b>	<b>96,4</b>	-	<b>1.597,7</b>
Resultado Financeiro	-	-	-	(9,9)	(9,9)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	365,7	-	365,7
<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	-	-	-	-	<b>1.953,5</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	471,9	471,9
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	-	-	-	-	<b>1.481,6</b>

As exportações de fumo são realizadas, em sua maioria, com partes relacionadas (Nota 27).

## 26. Plano de pensão para benefícios a empregados – obrigações de aposentadoria

A Fundação Albino Souza Cruz (FASC), da qual a Companhia é a única patrocinadora, é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica própria, tendo por objetivo principal a suplementação da aposentadoria dos seus colaboradores, através dos planos de Benefício Definido (BD) e de Contribuição Definida (CD). Os valores relacionados com os planos de benefícios foram apurados em avaliação atuarial anual, conduzida pelos atuários independentes em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

(a) Principais premissas atuariais utilizadas e outras informações relevantes do plano de Benefício Definido (BD):

Premissas atuariais adotadas nos cálculos	2010	2009
<b>Hipóteses econômicas:</b>		
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	10,25%	10,25%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos do plano	10,93%	9,77%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	9,20%	9,20%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	5,00%	5,00%

**Premissas biométricas:**

Tábua de mortalidade geral	AT-2000 segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	50% * Mercer Disability
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000 segregada por sexo
Entrada em aposentadoria: Fundadores Plano BD: 3% por ano a partir da 1ª elegibilidade (a partir de 47 anos) e 100% aos 58 anos.	
Não Fundadores Plano BD e Plano CD: 100% na primeira na idade de aposentadoria.	

Os investimentos do plano de benefício definido são bem diversificados de forma que um eventual fracasso de um único investimento não tenha impacto relevante no nível geral dos ativos do plano. A administração avalia que a rentabilidade combinada é suficiente para cumprir as metas atuariais do plano.

Categoria de ativos	2010	2009
1. Renda variável	10,00%	10,00%
2. Renda fixa	89,50%	89,50%
3. Imóveis	0,50%	0,50%

### (b) Plano de Benefício Definido - consolidado

	2010	2009
<b>Reconciliação do valor das obrigações atuariais</b>		
Valor das obrigações no início do ano	557,4	543,6
Custo do serviço corrente bruto	2,4	2,8
Juros sobre obrigação atuarial (Ganho)/perda atuarial	55,0	53,6
Benefícios pagos	12,6	(3,5)
Benefícios pagos	(41,1)	(39,1)
<b>Valor das obrigações calculadas no final do ano</b>	<b>586,3</b>	<b>557,4</b>
<b>Reconciliação do valor justo dos ativos</b>		
Valor justo dos ativos no início do ano	576,6	519,0
Rendimento esperado no ano	54,3	62,3
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	11,9	34,3
Benefícios pagos	(41,1)	(39,1)
<b>Valor justo dos ativos no final do ano</b>	<b>601,7</b>	<b>576,5</b>
<b>Conciliação dos valores reconhecidos no balanço</b>		
Valor presente das obrigações atuariais	586,4	557,4
Valor justo dos ativos do plano	601,8	576,5
<b>Déficit / (Superávit) para planos cobertos</b>	<b>(15,4)</b>	<b>(19,1)</b>
Efeito do limite do valor total a ser contabilizado	15,4	19,1
<b>Passivo / (Ativo) líquido passível de contabilização</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Saldo contabilizado em 31 de dezembro</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

O ativo não foi reconhecido pela Companhia, pois não é permitida a compensação ou redução efetiva de suas contribuições no futuro.

	2010	2009
<b>Componentes da despesa/(receita) do plano</b>		
<b>Valores reconhecidos no demonstrativo de resultados do exercício</b>		
Custo do serviço corrente	2,4	2,8
Juros sobre as obrigações atuariais	55,0	53,6
Rendimento esperado dos ativos do plano	(54,3)	(62,3)
<b>Total da despesa no exercício</b>	<b>3,1</b>	<b>(5,9)</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia efetuou contribuições em favor da Fundação, a título de contribuições, custos de pensões e despesas administrativas o montante de R\$ 20,5 (2009 - R\$ 12,4). Não são esperadas contribuições para o plano de benefício definido para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2011.

## 27. Transações e saldos com partes relacionadas

As transações realizadas pela Companhia com partes relacionadas são pactuadas a valores, prazos e demais condições de mercado, quando existentes. A contratação de transações, cujas condições não encontram parâmetro de comparação no mercado, é avaliada tomando-se por base: (i) o interesse e necessidade da Companhia; (ii) custo envolvido levando em consideração: (a) percentual que o valor do serviço representa no custo total das atividades desenvolvidas internamente pela Companhia; (b) benefício agregado à Companhia; (c) contratação de recursos humanos e investimento na infra-estrutura da Companhia para realização do serviço internamente.

No que se refere a medidas que visem tratar de conflitos de interesse, a Companhia tem por prática solicitar a consultores externos avaliação prévia dessas transações com o objetivo de garantir o caráter comutativo das condições ali pactuadas.

### (a) Controladora

Sociedades controladas	Receitas		Despesas e Custos		Direitos		Obrigações	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Souza Cruz Trading S. A.	0,1	-	-	-	-	-	-	-
Yolanda Netherlands B.V.	-	-	-	-	-	-	-	-
- controlada indireta (Nota 14)	-	-	67,5	74,2	-	-	1.034,3	1.081,6
Souza Cruz Overseas S. A.	-	-	-	-	-	-	-	-
- controlada indireta	835,9	883,0	0,9	9,2	1,4	1,5	0,9	69,5
	<b>836,0</b>	<b>883,0</b>	<b>68,4</b>	<b>83,4</b>	<b>1,4</b>	<b>1,5</b>	<b>1.035,2</b>	<b>1.151,1</b>

**Direitos:** Contas a receber da controlada indireta Souza Cruz Overseas decorrentes das exportações de fumo.

**Obrigações:** Transações comerciais representadas por adiantamentos recebidos da Souza Cruz Overseas (controlada indireta) por conta exportação de produtos/mercadorias (fumos e outras) e financiamento para exportação de fumo captado da Yolanda Netherlands B.V. (controlada indireta) à taxa de juros de 6,3% a.a., com vencimentos entre 2012 e 2015. Essas obrigações estão indexadas ao dólar dos Estados Unidos. Apesar dos vencimentos contratuais, a Companhia considera esses financiamentos como permanente e as variações cambiais decorrentes são apresentadas na Demonstração dos resultados abrangentes (Nota 7.3).

**Receitas/Custos/Despesas:** Transações comerciais representadas por vendas de produtos, serviços, variações cambiais sobre adiantamentos recebidos/contas a receber da controlada indireta Souza Cruz Overseas e variação cambial e encargos sobre financiamento para exportação de fumo com sua controlada indireta Yolanda Netherlands B.V..

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Companhia não possuía responsabilidade por avais a suas sociedades controladas.

### (b) Consolidado

A Companhia e suas controladas possuem transações comerciais com entidades interligadas ao grupo controlador no exterior, representadas por exportação de produtos e serviços, adiantamentos recebidos por conta de exportação de fumo e despesas com serviços de apoio técnico especializado. Os montantes dessas transações e saldos em 31 de dezembro são os seguintes:

Natureza da Operação	Montante envolvido no negócio	Nomes das partes relacionadas sob o mesmo controle que a Souza Cruz	Saldos	
			2010	2009
<b>Contas a receber:</b>				
Transações comerciais representadas por exportação de produtos/mercadorias (fumos e outras)	115.625	BAT (GLP) Limited	59,5	46,8
Prestação de Serviços de Informática	12.907	BASS (GSD) Limited	5,6	6,1
Prestação de serviços de análise laboratorial e de consultoria técnica de engenharia de processos.	6.829	CA.Cigarrera Bigott Sucs.	4,9	0,2
Prestação de serviços de análise laboratorial, de consultoria técnica de engenharia de processos e de Serviços de Informática.	7.428	Nobleza-Piccardo SAICyF	2,8	0,8
Outras contas a receber com companhias interligadas			<u>16,3</u>	<u>14,9</u>
			<b>89,1</b>	<b>68,8</b>
<b>Contas a Pagar e Adiantamentos Recebidos:</b>				
Adiantamentos recebidos por transações comerciais representadas por exportação de produtos/mercadorias (fumos e outras)	3.477	British American Tob Denmark A/S	3,3	5,8
Outras contas a pagar com companhias interligadas			<u>5,1</u>	<u>5,8</u>
			<b>8,4</b>	<b>11,6</b>
<b>Receitas:</b>				
Transações comerciais representadas por exportação de produtos/mercadorias (fumos e outras)		BAT (GLP) Limited Empresa Mixta Brascuba Cigarrillos	837,9 14,1	984,6 8,3
		Outras receitas com companhias interligadas	24,7	29,6
Prestação de serviços de análise laboratorial e de Serviços de Informática.		British American Shared Services (BASS GSD)	12,4	13,8
Outras receitas com companhias interligadas			<u>47,5</u>	<u>49,9</u>
			<b>936,6</b>	<b>1.086,2</b>
<b>Despesas e Custos:</b>				
Custo da prestação de serviços de apoio técnico/estratégico especializado às áreas de operações da Souza Cruz e compartilhamento de custos e investimentos relativos às Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento em Fumo.		Bat Investments Limited	41,1	43,3

As operações de exportação de serviços de informática, de análise laboratorial, de consultoria técnica de engenharia de processos e de serviços de apoio técnico e estratégico especializado estão suportadas por contratos com duração que varia, em geral, entre 3 e 12 meses, com possibilidade de renovação anual. Os preços desses serviços levam em consideração os custos inerentes a essas atividades, acrescidos de margem de lucro suficiente para garantir a rentabilidade desses negócios e, portanto, suficiente também para atender os requerimentos estabelecidos pela legislação fiscal brasileira.

Nos últimos anos, as operações de exportação de produtos, principalmente fumo, também estão suportadas por contratos cuja vigência é renovada a cada safra. Os preços negociados são definidos com base na lei da oferta e demanda no mercado internacional, nos aspectos relacionados à qualidade do produto, além de considerar os requisitos estabelecidos pela legislação fiscal brasileira para operações dessa natureza.

(c) **Remuneração do pessoal-chave da administração – consolidado e controladora**  
 O pessoal-chave da administração inclui os membros da diretoria estatutária, Conselho de Administração e Conselho Fiscal. A remuneração paga ou a pagar está apresentada a seguir:

	2010	2009
<b>Remuneração fixa anual</b>		
- Salários	7,9	7,5
- Benefícios diretos e indiretos	2,7	1,3
<b>Remuneração variável</b>		
- Participação nos resultados	6,5	7,3
	<u>17,1</u>	<u>16,1</u>

## 28. Lucro líquido por ação

O lucro por ação é computado pela razão do lucro líquido do exercício atribuídos aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações em circulação no mesmo exercício, conforme requerido pelo IAS 33 ("Earning per Share"). Em 2010, não houve emissão de novas ações para circulação aos acionistas, nem ações potencialmente diluíveis.

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.449,7</b>	<b>1.484,9</b>	<b>1.448,5</b>	<b>1.481,6</b>
Quantidade de ações em circulação (milhares)	305.690,1	305.690,1	305.690,1	305.690,1
Lucro líquido por ação (básico e diluído) ao final do exercício - R\$	<u>4,74</u>	<u>4,86</u>	<u>4,74</u>	<u>4,85</u>

## 29. Garantias prestadas e outras responsabilidades

A Companhia tem compromissos com os bancos, na forma de avais aos agricultores, provenientes de operações de crédito rural, no valor total de R\$ 165,9 em 31 de dezembro de 2010 (2009 - R\$ 257,3), vencíveis até o ano de 2016 (2009 - até 2015), as quais serão quitadas pelos agricultores com fornecimento de fumo.

Para a determinação do valor justo dos avais que a Companhia estima honrar decorrente desses compromissos bancários, a Companhia mantém provisão para *impairment* classificada como redutora dos créditos a receber desses mesmos agricultores (Nota 9).

## 30. Reconciliação do EBITDA com o lucro líquido do exercício – consolidado

	2010	2009
<b>EBITDA</b>	<b>2.095,1</b>	<b>2.033,7</b>
Resultado financeiro (Nota 20)	50,3	67,6
Imposto de renda e contribuição social (Nota 24)	548,9	480,2
Depreciação e amortização (Nota 21)	146,8	136,2
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.449,7</b>	<b>1.484,9</b>

**DIRETORIA**

<b>Dante João Letti</b> Presidente	<b>Leonardo Forner Senra</b> Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
<b>Alex Guimarães Barbosa</b> Diretor	<b>Maria Alicia Lima Peralta</b> Diretor
<b>Dimar Paulo Frozza</b> Diretor	<b>Fernando Luiz Mendes Pinheiro</b> Diretor
<b>Fernando Chagas de Araújo Teixeira</b> Diretor	<b>Jorge Araya Remagni</b> Diretor

**CONSELHO FISCAL**

<b>Antonio Duarte Carvalho de Castro</b> Presidente	<b>Rafael Rodrigues Alves da Rocha</b> Membro
<b>Humberto Casagrande Neto</b> Membro	

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Administradores e Acionistas  
 Souza Cruz S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Souza Cruz S.A. ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Souza Cruz S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Souza Cruz S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163, da Lei 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e a proposta de distribuição de dividendos, por conta do lucro líquido do exercício findo nessa data.

Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representantes da administração da Companhia e no parecer sem ressalvas emitido pelos auditores independentes PricewaterhouseCoopers, opinam por unanimidade que os mencionados documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2011.

**Antonio Duarte Carvalho de Castro**  
Presidente Conselho Fiscal

**Humberto Casagrande Neto**  
Membro

**Rafael Rodrigues Alves da Rocha**  
Membro

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

<b>Mark Martijn Cobben</b> Presidente	<b>Dante João Letti</b> Vice-Presidente
<b>João Pedro Gouvêa Vieira Filho</b> Membro	<b>Luiz Felipe Palmeira Lampreia</b> Membro
<b>Rudolf Hohn</b> Membro	<b>Pedro Sampaio Malan</b> Membro
	<b>Carlos Ivan Simonsen Leal</b> Membro

**CONTADOR RESPONSÁVEL**

**André Luiz de Souza Portugal**  
CRC – MG-076038/O-1 S-RJ

**Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Souza Cruz S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Souza Cruz S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfase**

Conforme descrito na Nota 2.2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Souza Cruz S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo, e pela manutenção do saldo de ativo diferido existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado.

**Outros assuntos**

**Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2011.



PricewaterhouseCoopers  
 Auditores Independentes  
 CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

João César de Oliveira Lima Júnior  
 Contador CRC 1RJ077431/O-8

**RECOMENDAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA**

**Recomendação ao Conselho de Administração**

O Comitê de Auditoria da Souza Cruz, reunido em 11 de fevereiro de 2011, aprovou a seguinte declaração para o Conselho de Administração:

"O Comitê de Auditoria, com base nos trabalhos realizados ao longo do exercício de 2010 e nas apresentações e esclarecimentos que recebeu da administração da Souza Cruz, assegura que a empresa adota as melhores práticas contábeis e de controles internos, reconhecidos, inclusive, pela auditoria externa, PricewaterhouseCoopers.

Examinados os resultados referentes ao exercício de 2010, a luz dos preceitos referidos, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração manifestação favorável sobre esses resultados, para que sejam posteriormente encaminhados à AGO - Assembleia Geral Ordinária para a devida aprovação."

**Rudolf Hohn**  
Presidente Comitê de Auditoria